

A SEGURANÇA E A ORDEM INTERNACIONAIS NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO *

Shiguenoli Miyamoto

Deptº de Ciência Política do IFCH/Unicamp

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a segurança internacional no contexto do pós-guerra fria. Segundo as teorias recentes, fundamentalmente as dos anos 80 e 90, divulgadas em publicações especializadas que tratam das

* **Observação.** Evitamos sobrecarregar o texto com citações demasiadas, fazendo apenas as que consideramos indispensáveis. Optamos por mencionar principalmente obras que são de fácil acesso ao leitor comum, que possa ter interesse no tema. Além do mais, a bibliografia é por demais extensa, podendo ser encontrada em publicações especializadas, como *International Security*, *Foreign Affairs*, *World Politics Journal of Conflict Resolution*, *International Affairs*, *Journal of International Affairs*, *Review*, *Global Governance*, *International Organization*, do *International Institute for Strategic Studies*, do *International Peace Research Association*, *Ares*, *Herodote*, *Revue de l'OTAN*, *Nueva Sociedad*, *Política Externa*, *Contexto Internacional*, *Revista Brasileira de Política Internacional*, etc. Utilizamos, também, como ponto de referência arbitrário, o ano de 1996, apenas para mostrar como as questões estratégico-militares são tratadas cotidianamente, daí as referências ao material de imprensa mencionado no presente texto, e que pode ser consultado sem dificuldades maiores pela Internet. Esta é uma versão revisada e atualizada de texto originalmente publicado com o título de "Segurança e a nova ordem internacional" nos cadernos *Premissas*, Unicamp, Núcleo de Estudos Estratégicos, nº 14, dezembro de 1996, p. 5-65. Este texto conta com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida ao autor.

relações internacionais, haveria uma progressiva perda de papel do Estado Nacional com a globalização da economia, seja pela formação dos mega-blocos, seja pela ação dos grandes conglomerados mundiais.

Na última década do século XX, com o “fim das fronteiras”, com o esvaziamento do papel do Estado e com o fim das rivalidades russo-americanas, a questão da segurança teria perdido definitivamente seus espaços, não sendo, portanto, mais alvo de atenção.

Na realidade, se o fim das divergências entre o Kremlin e a Casa Branca serviu para amenizar o acirrado clima de competição ideológica e estratégico-militar em nível mundial, nem por isso a preocupação com a segurança fora eliminada. Pelo contrário, a atuação das grandes potências, realizando novas alianças, mostrou que a segurança estava sendo repensada e concentrando-se em locais específicos do planeta, com prioridades para a Ásia e Oriente Médio, ocorrendo, portanto, um redirecionamento geográfico e configurando uma ordem internacional mais complexa do que a vigente sob o clima da guerra fria. Além do mais, com o fim do conflito Leste-Oeste novas ameaças passaram a ser percebidas e que estiveram camufladas precisamente em função das divergências soviético-americanas.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 mostraram que o tema da segurança, mais do que nunca, passou a desempenhar papel central não só na política dos Estados Unidos, convertendo-se, também, em fonte de inesgotáveis discussões sobre formas de cooperação e mecanismos de combate a grupos políticos, religiosos e étnicos que atuam de maneiras diferentes, fugindo às regras convencionais.

Para a elaboração destas notas, traçamos inicialmente um breve retrospecto dos princípios sobre os quais o sistema internacional sempre encontrou sustentação. Em seguida fazemos um contraponto dos anos mais próximos com o período da guerra fria, tentando mostrar

que houve poucas modificações, em termos substantivos, no quadro das relações internacionais de uma e outra conjuntura. As diferenças verificadas entre os dois períodos nunca foram suficientes para corroborar a idéia do fim dos tradicionais conceitos que sempre nortearam a conduta dos diversos Estados. Ao lado desses dois momentos, traçamos um terceiro, com o aguçamento do contexto mundial após os atentados que atingiram os Estados Unidos no alvorecer do terceiro milênio.

São arrolados, ainda, nos parágrafos seguintes, vários tratados firmados nos últimos anos, para evidenciar que a segurança sempre foi essencial para as grandes potências. Se a questão da segurança não é mais pensada pela ótica do conflito Leste-Oeste, a própria existência de muitos países economicamente fortes, tem levado à necessidade de encontrar mecanismos de proteção para os interesses de todos esses agentes importantes do sistema internacional e que, em última instância, só são assegurados pela capacidade militar, mesmo em um cenário de interdependência econômica cada vez mais acentuado.

O SISTEMA INTERNACIONAL

O sistema internacional esteve sempre estruturado em relações de poder, com o Estado jogando papel de primordial importância. Este poder é sempre visto em termos comparativos, relacionais, e nunca pensado em termos absolutos, porque um país é sempre mais ou menos poderoso levando-se em consideração o que dispõem os seus parceiros. Os Estados, como atores principais do cenário mundial, se relacionam uns com os outros, independentemente das diferenças no plano ideológico e de modalidades de regimes políticos, a não ser quando essas são consideradas intransponíveis, em determinados mo-

mentos da História. Interagem entre si, cooperando, discordando, e, no limite, chegando às vias de fato, através de conflitos bilaterais, regionais ou até envolvendo grande número de países como ocorreu durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

No mundo contemporâneo cada Estado tem sua geografia delimitada por fronteiras, com um território fechado, apresentando populações com espíritos e vontades diferentes e próprias (embora, é bem verdade, esta última condição nem sempre ocorra), e com governos que se sucedem indefinidamente. Mantém-se, porém, uma característica fundamental: a visão conspirativa da história, quando cada governo raciocina como se o seu vizinho pudesse se converter, a qualquer instante em inimigo, ainda que tratados e o direito internacional assegurem tempos relativamente duradouros de paz. É para prevenir-se e para pensar a defesa do país, quando não ocorrem estas últimas conjunturas, que existem as forças armadas e seus departamentos especializados voltados à análise e formulação de estratégias. A função delas, portanto, não é apenas fazer a guerra, mas, sobretudo, preparar-se adequadamente em tempo de paz, para quando o conflito se tornar inevitável, batendo às portas de suas fronteiras.

Este tipo de pensamento, como se pode notar, parte da constatação de que todo vizinho, por menor e mais afável que seja, pode, um dia, transformar-se de amigo em inimigo. Portanto, há necessidade de as fronteiras estarem permanentemente protegidas, e as estratégias não só de defesa, mas também de ataque, convenientemente traçadas, respeitando-se cada momento histórico e considerando suas próprias capacidades. Nesta concepção, não há amigos permanentes, aliados eternos, mas tão somente parceiros enquanto se verificarem interesses coincidentes ou convergentes em suas agendas, e quando as relações custo/benefício apontarem favoravelmente para a última alternativa.

Caso contrário, não há justificativas para a manutenção de alianças, acordos ou tratados, mesmo porque estes podem a qualquer momento ser rompidos unilateralmente conforme as conveniências. No caso latino-americano a decisão do México em abandonar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em setembro de 2002, é um claro exemplo que obedece a essa lógica, porque aquele país considerou que a instituição já não cumpria mais suas funções. Mesmo no caso brasileiro podemos encontrar atitude semelhante, quando em 1977 o ex-presidente Ernesto Geisel denunciou o Acordo Militar firmado com os Estados Unidos em 1952, entre outras coisas porque o intercâmbio entre as duas nações era insignificante, o país tinha já condições de desenvolver sua própria indústria bélica, e por causa das desavenças com o governo norte-americano liderado pelo ex-presidente Jimmy Carter.

Nada há de extraordinário em tal maneira de agir que orienta a conduta dos governantes, já que estes últimos devem ser apenas os portadores de uma vontade mais ampla que corresponde aos interesses da sociedade – e também do Estado¹. O pacto que cria esta figura institucional é fartamente ilustrado, embora de maneiras distintas, nos conhecidos teóricos da Ciência Política, como Nicolas Maquiavel, passando por John Locke, Jean-Jacques Rousseau e sobretudo em Thomas Hobbes, que, em sua conhecida obra, discorre sobre a lei da natureza. Como se pode lembrar, Hobbes considera uma situação em que não há lei, nem ordem, portanto nada é justo ou injusto. Nessas condições todos são dono de tudo ou de nada, apenas segundo suas

¹ Consultar, por exemplo, as interessantes observações feitas por RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste no capítulo intitulado “O homem de Estado e o ‘interesse nacional’” *Introdução à história das relações internacionais*, São Paulo: DIFEL, 1967, p. 333-376.

forças, e enquanto puder mantê-las. Prevalece, assim, o estado de natureza, onde o homem é o lobo do homem.² Para resolver este problema, criou-se o Estado.

No momento em que o Estado adquiriu sua atual configuração ficaram assegurados a ele e aos indivíduos que o constituíram, prerrogativas e deveres, como o controle absoluto e soberano sobre um determinado território onde se encontram as propriedades, um aparato jurídico-constitucional e demais instituições. Como contrapartida, o Estado deve, porém, propiciar o máximo possível de segurança a seus cidadãos. Essa segurança é sempre relativa, nunca absoluta, já que esta última simplesmente não existe, porque se tivéssemos a segurança absoluta de um Estado, todos os demais estariam em insegurança absoluta.

Sob este ponto de vista, o conflito faz parte permanente das relações interestatais (e também dentro do Estado), verificando-se choques quando a conduta de um Estado for considerada inadequada pelos seus vizinhos. Para proteger-se e assegurar a integridade territorial, a de sua população, e a de suas instituições, os Estados lançam mãos de métodos violentos, – deixando de lado à margem, na maior parte das vezes, as regras e o direito internacional – arregimentando recursos humanos, bélicos e tudo que estiver ao seu alcance se estiver em risco sua sobrevivência. Nesta abordagem a guerra é, por excelência, o *leitmotiv* que orienta a ação dos governantes.

² Ver, por exemplo, FORSYTH, Murray. “Thomas Hobbes e as Relações Exteriores dos Estados”. In: *Relações Internacionais*, Brasília, UnB, 3(5): 67-74, 1980. Ou consultar a própria obra de Hobbes, intitulada *O Leviatã*, encontrada em diversas edições nacionais. Não vamos aqui fazer um balanço das diversas teorias sobre relações internacionais, mas apenas levantar alguns aspectos sobre o assunto. Por isso mesmo, não recorreremos às costumeiras citações, limitando-nos ao essencial. O leitor interessado poderá ter acesso às obras de referência em qualquer biblioteca especializada.

Outra forma de percepção das relações internacionais, contudo, pode ser observada. É aquela que entende que a obediência a determinados princípios baseados no bom senso, ou apoiados em motivações éticas, que seriam inerentes a todos, faz com que cada país acate os direitos dos demais, respeitando fronteiras alheias, impondo-se obrigações e restringindo sua atuação, assegurando, assim, clima harmônico de convivência, rompendo com a tradicional visão belicosa entre os Estados. Para tornar possível o sucesso desta concepção, obviamente, há necessidade de que todos respeitem o preceito fundamental que garante a igualdade não só jurídica, mas também física dos demais agentes do sistema internacional, que são, portanto, igualmente soberanos.

Pelo menos no plano das vontades, esses princípios deveriam ser a base de funcionamento do sistema internacional, se não de forma objetiva, pelo menos como intenções que precisariam nortear a conduta dos governantes. Na prática, porém, o que se verificou em todo instante foi a seqüência de quebras de acordos e flagrante desrespeito aos tratados, invasões em todos os continentes, colocando abaixo a soberania de dezenas de Estados, com os mais poderosos subjugando os mais fracos e rompendo suas fronteiras.

Em termos reais a soberania, contudo, nunca ficou assegurada a nenhum Estado, a não ser nas cartas diplomáticas, e àqueles que, através do poder de suas armas, e possuidores de vontades políticas fortes, demonstraram competência para defender seus territórios e interesses – por mais escusos que fossem –, dando tranqüilidade a suas populações. Não apenas isto, mas indo além, conseguiram ultrapassar as linhas inimigas, empurraram fronteiras e ampliaram seus domínios.

A proteção do território, da propriedade de seus habitantes, e de suas instituições – sem as quais o Estado não poderia sequer sobrevi-

ver – são obrigações que se converteram sempre no dever primeiro de cada governo. O interesse nacional – ainda que seja difícil chegar a um acordo sobre o significado deste termo – deve igualmente ser defendido contra todo inimigo, fazendo com que sociedade e Estado trilhem os mesmos caminhos, ombro a ombro de mãos dadas, com propostas conjuntas, elaborando um projeto de grandeza, para que o país possa desfrutar papel de realce no contexto mundial. Daí a preocupação dos Estados em aumentar, tanto quanto possível, os poderes nacionais, maximizando a utilização de seus recursos, e procurando investir cada vez mais em ciência e tecnologia, inclusive em busca do domínio de artefatos nucleares, apesar dos tratados existentes desde o final da década de 60, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Ao longo da história, não só dos séculos recentes, estas foram as características determinantes que moldaram as relações mundiais, ainda quando os Estados, como são hoje concebidos, não existiam. Houve historicamente um revezamento dos países na liderança dos negócios, da diplomacia e das armas, impondo vontades, sem medir custos e conseqüências, com governantes massacrando qualquer oposição interna ou externa, que pudesse colocar em risco ou bloquear suas ambições.

Essa sucessão de eventos que periodicamente modela o sistema internacional – ou macroestrutura como a chama Ronaldo Sardenberg – mostra que o poder tem se convertido em instrumento central em torno do qual os Estados formulam suas políticas³ – ainda que discursos pacifistas e de construção de uma ordem justa e duradoura sejam cotidianamente feitos, quase sempre pelas grandes potências (hoje identificadas como Grupo dos Sete mais a Rússia), objetivando, certamente, a manutenção do *statu quo*.

3 Cf. SARDENBERG, Ronaldo. “Estudo das Relações internacionais”. In: *Curso de Relações Internacionais*, Unidade IV, Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

NOVOS E VELHOS CONCEITOS

Se os fatos anteriores se constituíram na tendência dominante no sistema internacional, nos anos mais recentes, sobretudo nas décadas de 80 e 90, surgiram teorias explicativas minimizando as políticas de poder e enfatizando a perda de influência do Estado como agente mais importante nas negociações mundiais.

Contraopondo-se à visão conflituosa amparada nas relações de poder – em última instância sustentadas pelo aparato bélico de cada Estado –, as novas teorias introduzem a idéia de globalização e de interdependência e concebem o mundo sem fronteiras, pensando-o, portanto, sob novos prismas.⁴

Neste enfoque, conceitos tradicionais como território, forças armadas, soberania, autodeterminação e a própria idéia de Estado (visto sob a ótica clássica) já não mais se justificariam em função do avanço não só dos meios de comunicação sociais, mas, principalmente como decorrência da internacionalização da economia, onde a base territorial teria pouca importância.

A avalanche de textos produzidos focalizando a “nova realidade internacional” tem se constituído em campo fértil para a multiplicação de argumentos, os mais diversos possíveis, na defesa de um mundo sem fronteiras, muitas vezes sem levar na devida conta os motivos do surgimento deste discurso global.

Em parte, porém, os autores que têm versado sobre o tema da globalização apresentam sua parcela de razão. Seria inviável, hoje, imaginar que a estrutura do poder internacional pudesse ser vista ex-

⁴ São inúmeros os ensaios publicados sob esta ótica, em revistas como *a International Organization*, *Foreign Affairs*, etc.

clusivamente pelos indicadores tradicionais que sempre mediram a capacidade de um ou de outro Estado.⁵

Assim, fatores como território, forças armadas, recursos naturais e população não podem ter idêntico peso ao de situações passadas, cedendo lugar à ciência e tecnologia.⁶ As forças armadas, ainda que imprescindíveis, em princípio não mais se apresentariam como instituição principal dos Estados, com o final do prolongado conflito soviético-americano.

Por isso mesmo a Rússia anunciava em meados dos anos 90, a mudança da estrutura de suas forças armadas, transformando o serviço militar obrigatório em atividade voluntária na virada do século. O que significa dizer que as forças se tornariam profissionais e, como consequência, ganhariam capacidade maior de preparação, diminuindo a quantidade de membros, mas aumentando a qualidade dos mesmos.⁷

Sem qualquer sombra de dúvida, este sempre foi um dos itens que permearam, com frequência, os debates sobre como se preparar convenientemente para as guerras (excluindo o conflito nuclear ou eletrônico, quando os envolvidos, pelo menos na parte técnica, são altamente qualificados, com a presença de muitos cientistas). Uma das preocupações básicas das forças armadas esteve regularmente voltada ao *optimum* dos contingentes, além de propugnarem pela maior qualificação de seus soldados (o que inclui desde níveis de instrução mais elevados que facilitem a absorção de informações corretamente e a

⁵ Mesmo em 1957, Henry KISSINGER já chamava atenção para este fato, afirmando que o advento da tecnologia nuclear acabava com a invulnerabilidade histórica dos Estados Unidos, reduzindo a margem de segurança tradicional. Cf. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York, Harper, 1957.

⁶ Ver, por exemplo, NYE, Joseph - "As novas dimensões do poder", *Diálogo*, Rio de Janeiro, USIS, 1 (23): 45-57, 1990.

⁷ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 17 de maio de 1996, p. A-14.

execução de tarefas sem desperdício de materiais, como o próprio manejo das armas, o pagamento de soldos adequados, equipamentos modernos, até políticas de preparação para inserir o soldado em atividades outras quando o mesmo se desligar das tropas, etc.).

Qualquer observador mais atento perceberá, contudo, que possivelmente nenhum país moderno conseguiu fazer com que suas forças atingissem padrões considerados ideais em todos os itens. Inclusive porque o recrutamento obrigatório impõe a uma grande parcela dos convocados obrigações às quais não estão acostumados – completamente distintas da vida civil – e, também, porque para se atender a um mínimo numérico não se pode fazer seleções baseadas apenas em índices de escolaridade. Parcelas consideradas insuficientes do orçamento nacional igualmente tornam difícil a relação entre políticos e militares, gerando intensas críticas por parte desses últimos, que quase nunca se acham adequadamente preparados para enfrentar outras forças. Apesar dessas divergências, na maior parte dos casos, o vencedor quase sempre foi aquele que menos erros cometeu, ou então aquele que conseguiu concretizar alianças que suplantavam em muito os recursos financeiros, técnicos e humanos da outra parte.

Mas se a Rússia tomou a iniciativa de anunciar a extinção do serviço militar obrigatório, esta não foi uma atitude isolada, porque na mesma época a França também assumiria discurso semelhante. Futuramente, portanto, a profissionalização das armas, poderá se converter em tendência a ser adotada por todos os países, com mais ênfase na tecnologia do que nos soldados.⁸ Tal comportamento nada apresenta

⁸ Sobre as perspectivas da atuação dos soldados nos conflitos, consultar : United Nations Institute for Disarmament Research/UNIDIR – *The guardian soldier: on the nature and use of future armed forces*, Research Paper n° 36, New York/Geneva: United Nations, 1995.

de extraordinário, porque os conflitos dos anos 90, envolvendo as grandes potências, têm mostrado a utilização inicial maciça dos serviços da força aérea, seguidos dos blindados e dos canhões. Só depois (para certamente minimizar os riscos e custos humanos) os soldados entram efetivamente em combate direto se houver necessidade, já que a supremacia de um país ou coalizão sendo muito superior, faz com que a presença física dos soldados em terra praticamente se restrinja a ocupar determinado território. O mesmo certamente não se aplica quando o confronto se dá entre dois países menores que tenham paridades de força, e cujas tecnologias estão longe de serem as mais avançadas.

Com todas as variações observadas nas conjunturas recentes, as forças armadas continuam existindo, e aprimoram sua qualidade visando resguardar o território e o patrimônio nele incluído.

Assim como a quantidade pura e simples de soldados não é mais o componente principal aferidor da força de um país, a própria população isoladamente também não serve mais como parâmetro de poder. A não ser, como diz Stoessinger, que seja utilizada “de forma produtiva na criação de uma base industrial moderna que, por seu turno, possibilite a criação de uma corporação militar de primeira ordem”.⁹ Apesar disso, ainda que se diga que a população pensada em termos numéricos não tem mais força explicativa para se entender o papel de um Estado nas relações internacionais, por outro lado, não se pode negligenciar o fato de que um país que tenha dez milhões de habitantes, assume menor importância no cenário mundial (em termos estratégico-militares) do que outro que detém contingente populacional de duas ou três centenas de milhões. A não ser que este último apresente os seus

⁹ Cf. STOESSINGER, John – *O poder das nações – a política internacional de nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1978.

recursos humanos e militares em situação demasiadamente precária, o que significaria dizer que não desfruta de boas condições sócio-econômicas, detém base industrial insatisfatória, não tendo, pois, condições de entrar em qualquer confronto com chances de vitória.

Em momentos outros, como no período de entre-guerras, dos anos 20 e 30 do século passado, a variável população foi considerada importante e, ainda hoje, assume papel de relevo nas análises estritamente geopolíticas. Os demais indicadores como recursos naturais e território também tiveram seus papéis reduzidos com o passar do tempo, como resultado do incremento das atividades industriais e do avanço tecnológico. Os recursos naturais que apresentaram forte poder de barganha foram cedendo lugar aos produtos sintéticos produzidos pelas potências altamente industrializadas como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos. Enquanto se verifica esta substituição, o número de patentes registradas por esses países, que canalizam recursos apreciáveis para pesquisa e desenvolvimento, aumenta concomitantemente.

Com o advento da tecnologia nuclear, o território, fator tradicionalmente considerado como um dos principais no poder do Estado, perdeu pontos em avaliações recentes quando a tecnologia se converteu no vetor que mais peso adquiriu na mensuração de capacidade e influência no cenário mundial. O território, portanto, está sujeito a revisões, enquanto fonte de poder, e, ainda que seu papel seja minimizado, a atuação de todos os governantes caminha na direção de preservá-lo o máximo possível – sem pensar jamais em reduzi-lo –, não abrindo mão de gerenciar as populações e recursos sobre esta base física.

Considerando-se o quadro contemporâneo, mesmo diante das novas teorias, o território permanece como parte inalienável e inviolável de qualquer Estado. A qualquer ato considerado hostil a resposta é imediata. Não apenas anos 80 e 90 o conflito envolvendo o Reino

Unido e a Argentina pela posse das Malvinas, a guerra entre Peru e Equador, a coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque, mas também em várias oportunidades semelhantes, em outros momentos, notamos claramente que assuntos econômicos são tratados sob um prisma, enquanto as questões fronteiriças e militares percorrem caminhos diametralmente opostos.

Deve-se considerar como discutível a afirmação de que o Estado não é mais importante, ou que perdeu suas funções no contexto da nova ordem. Até porque as grandes corporações empresariais e industriais (que não teriam mais base territorial nacional fixa) agem em todo o globo escudadas nos Estados de origem, e quando escolhem determinadas regiões para seus investimentos o fazem a partir de interesses que conjugam o da matriz e o do próprio Estado ao qual pertencem. Na Saxônia, estado-membro do Leste alemão, afetada por altas taxas de desemprego, por exemplo, o governo local para garantir a instalação da Volkswagen concedeu subsídios a esta empresa, contrariando determinações da própria Comissão Européia.¹⁰

Por sua vez, são divulgados em profusão argumentos defendendo a idéia de que a economia não tem fronteira, que os Estados são submetidos a pressões para adaptar seus planos econômicos aos interesses das grandes corporações, e que seriam prova irrefutável para indicar a decadência do papel do Estado que nada mais seria do que agente destas mesmas empresas. Se este raciocínio for levado ao extremo, isso ocorreu em todo o tempo, porque o Estado, desde o seu surgimento, jamais representou os interesses da sociedade, mas tão somente os dos setores dominantes, tanto faz se agrários ou industri-

¹⁰ Ver *Gazeta Mercantil*, 01 de novembro de 1996, p. C-3. Cf., ainda, PETRELLA, Ricardo – “As duas faces da economia global”, *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 1990, p. 40.

ais. O que diferencia a presente conjuntura das demais é que a competição acirrada entre as grandes empresas faz com que elas busquem cada vez mais espaços e, sob este ponto de vista, as legislações particulares e diferenciadas de cada país, bem como políticas protecionistas-estatizantes, atuam como empecilho para a expansão de seus negócios, daí a pressão sobre os governos para abrir suas fronteiras. Nesse sentido, a própria Conferência Sobre Comércio e Desenvolvimento da ONU (UNCTAD) defendeu recentemente, ao contrário de outras épocas, a necessidade de os países pobres abrirem suas economias, adotando “amplas reformas com vistas ao mercado, fortalecendo setores de exportação competitivos no âmbito internacional”.¹¹

A idéia da globalização não é nova, e faz parte do próprio estágio pelo qual passa o modelo de desenvolvimento capitalista. Sob esta ótica, são interessantes as observações de William Pfaff. Para ele há uma tendência exagerada em focalizar o assunto, quando, na verdade, diz Pfaff, se trata de uma moda passageira.¹² Afinal, sob a égide de uma perspectiva competitiva, liberal, sem a intervenção do Estado, cada empresa cresce de acordo com sua própria competência e, no limite, constrói uma ordem oligopolista ou uma oligarquia em seu setor. O fato novo a ser considerado é que ao agirem sem pudores tentando aumentar seu poder, e influenciando as agências de fomento mundiais e governos, fazem com que o Estado seja privatizado, que trabalhe a favor de seus interesses (da empresa), sem assumir os custos, por exemplo, pelos serviços públicos e pela criação de uma infraestrutura, deixando-a estritamente sob a responsabilidade do Estado.

¹¹ Cf. JONQUEIXRES, Guy de – “Países pobres devem abrir economia, diz UNCTAD”, *Gazeta Mercantil*, 16 de abril de 1996, p. A-10.

¹² Cf. PFAFF, William, “Globalização, uma moda passageira”, *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1996, p. A-2.

Como diz Ricardo Petrella, as empresas se tornam a fiadora do desenvolvimento tecnológico dos países, visto que ao entrarem em determinada região necessariamente trazem consigo recursos.¹³ Se, de um lado, o Estado existiria apenas para favorecer as grandes empresas – por isso não ter importância maior a não ser proteger esses interesses –, por outro lado, o que se verifica atualmente é a tendência em se criar cada vez mais unidades. Ao se imaginar que, no futuro, ocorra o triunfo do bom senso sobre as disputas diversas travadas intra e inter-Estados, a conclusão é que então haverá provavelmente um número tão grande de Estados quantas forem as nações e etnias, com cada grupo possuindo seu próprio território. Os movimentos separatistas com reivindicações de autonomia, que varrem o mundo nos últimos lustros, parecem constituir uma caminhada nesta direção. A ex-União Soviética se fragmentou, perdendo por exemplo ex-repúblicas, como a Letônia, a Lituânia e a Estônia; a Checoslováquia se dividiu na República Checa e na Eslováquia; há as demandas dos bascos e dos catalães na Espanha e do Quebec francês no Canadá; movimentos semelhantes ocorrem no Tibet e entre os curdos, junto aos italianos do norte e aos palestinos, e dezenas de outras minorias que poderiam ser aqui listadas, incluindo as populações silvícolas como os yanomamis brasileiros e venezuelanos. No Brasil inúmeras têm sido as propostas para desmembramento do território nos últimos anos, principalmente envolvendo as regiões Sul e Sudeste do País.

Se esta preocupação com a formação de novos Estados está se multiplicando, não se pode obviamente imaginar que este conceito esteja perdendo sua eficácia e não seja mais útil e atual. Nos processos de unificação e integração em andamento não se chega sequer a um

¹³ Cf. PETRELLA, Ricardo, *op. cit.*

acordo sobre como ficará a soberania de cada país, mas a tendência em temas como políticas de defesa e externa é a existência simultaneamente de uma política global e uma particular – ainda que no nível econômico as barreiras sejam gradativamente removidas.

A multiplicação de Estados que se verificou após a Segunda Guerra Mundial, diante do processo de descolonização, mostrou a vontade de cada colônia querer desvencilhar-se de suas metrópoles, convertendo-se em unidade autônoma. O problema hoje é apenas uma seqüência do que ocorreu nos anos 50 e 60. Se naquelas décadas, as reivindicações eram pela aquisição da autonomia, atualmente, com as discussões suscitadas por temas como direitos humanos e direitos das minorias, a fragmentação dos Estados em unidades menores deverá igualmente ocorrer. A não ser que, contrariando as teorias recentes, os Estados permaneçam tão fortes que suplantem qualquer ação de instituições diversas como as organizações não-governamentais. Sob este prisma, as teorias que alegam perda de poder do Estado demonstrar-se-ão com pouca eficácia explicativa para analisar o contexto mundial. Mesmo na África e, sobretudo, nesta parte do mundo, hoje abandonada pelos grandes países –, novas divisões ou ajuntamentos poderão ser feitos futuramente, repensando as fronteiras atuais, artificiais, que foram criadas pelas ex-metrópoles, contemplando assim os grupos étnicos que se encontram atualmente divididos. Ou seja, quando o mundo resolver auxiliar o continente africano, antes que a situação se torne irreversível, com a morte de dezenas de milhões de habitantes, uma das primeiras tarefas será a de tentar reduzir as divergências internas e propiciar um avanço sócio-econômico razoável de cada unidade atual, aumentando os índices de desenvolvimento humano. Em um segundo momento, renegociar os territórios onde os conflitos são muito agudos, já que em cada Estado africano convivem etnias completamente

distintas e mortalmente inimigas, que têm acima de tudo lealdade tribal e não um vínculo com o abstrato conceito de Estado.

O reordenamento do continente africano tornaria possível a coincidência de vontades políticas e culturais com as territoriais. Decisões desta natureza, porém, sofreriam por parte do continente acusações de que se estaria reproduzindo, por exemplo, o Tratado de Berlim, firmado em 1885, com a intervenção das grandes potências. O que diferenciaria ambas as situações, de agora e a de décadas e séculos atrás, é que em uma negociação desta natureza estariam participando não apenas os países industrializados – que se comprometeriam a canalizar recursos para melhorar as condições do continente –, mas, sobretudo, os representantes de cada unidade atual e de suas principais etnias, em um grande foro mundial. A chance de sucesso de conferências desta natureza dependeria, em primeiro lugar, de vontades políticas de ambas as partes, africanos e resto do mundo – e, em segundo, a certeza de que todos sairiam lucrando, porque desenvolvendo o continente, investimentos poderiam ser realizados com maior intensidade e com retornos igualmente generosos. Ou então aplicar maciçamente no continente, visto que o aumento dos indicadores sociais e econômicos, em longo prazo, reduziria as diferenças internas, podendo inclusive fazer com que os grupos rivais passem a viver harmonicamente, respeitando-se mutuamente. O mundo poderia fazer com a África o que fez com os judeus, ou seja, expiar a culpa por ter deixado a situação deteriorar-se. Pode também, como tem feito até agora, mostrar-se impassível, comprovando o que diz Marc Ferro: “com os judeus era diferente porque se tratava de uma população branca”.¹⁴

¹⁴ Cf. FERRO, Marc – *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

No outro lado do mundo, a atuação de países como a China é um dos melhores exemplos para perceber que, procurando unificar seu Estado, o governo de Pequim conseguiu em primeira instância substituir Taiwan no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos anos 70; depois renegociou a devolução de Hong Kong, ao mesmo tempo em que mantém o Nepal e procura reabsorver Taiwan – esta uma tarefa mais difícil. Daí a demonstração de força, no primeiro semestre de 1996, quando se realizavam as eleições presidenciais neste último país, criando tensão, porque os Estados Unidos imediatamente reagiram movimentando porta-aviões e submarinos nucleares para defender seus aliados naquele continente.

O que se pode observar desses exemplos, é que o Estado, com o passar da história, vai se adaptando às conjunturas, ajustando-se de acordo com as conveniências e comportando-se do mesmo jeito como todas as instituições sempre fizeram, que vão desde a Igreja ao casamento, da família à escola. Este, aliás, é o comportamento que as instituições naturalmente adotam, apesar de não ter percepção clara naquele instante, do alcance das transformações. Embora inconscientes percebem que a incapacidade para se adaptar em momentos de transição compromete a sua própria sobrevivência, implicando seu desaparecimento e contribuindo para o surgimento de outras instituições que as substituirá. A Igreja Católica, por exemplo, soube adaptar-se às circunstâncias e apesar de apresentar divergências internamente, entre conservadores e progressistas, sempre apresentou forte caráter corporativo e secularizador, o que explica sua sobrevivência em todos esses séculos. As forças armadas constituem-se em outro agente que também age com competência. Não é gratuitamente que sejam muitas vezes consideradas instituições nacionais permanentes, como ocorre no Brasil. Com o Estado ocorre o mesmo. Após sua criação tornou-se elemento

mediador e repressor contra a vontade de muitos setores e assegurou seu papel como instituição permanente, inclusive porque os mesmos grupos/classes que se lhe opõem utilizam-no de acordo com suas conveniências, lançando mão de seus aparatos políticos e ideológicos.

Dessa forma, o Estado, se bem que tenha seus tradicionais conceitos intensamente criticados, permanece inabalável como a Igreja e as forças armadas. E, se o mesmo existe, conseqüentemente, a preocupação com a segurança de suas fronteiras e de seu território mais do que nunca permanece. No momento em que tais assuntos não se fizerem mais presentes, aí sim a existência do Estado será considerada desnecessária.

Os elementos tradicionais do poder continuam resistindo às mudanças de conjunturas, apesar de o seu significado sofrer transformações, às vezes mais lentas, outras vezes mais rápidas, adaptando-se às novas realidades. Nada foi alterado no que concerne ao controle das instituições e de mando efetivo em todos os níveis. Ocorreu, tão somente, o acirramento das competições entre o bloco europeu, o Nafta e o Japão.

As divergências sobre a alteração do conteúdo daqueles conceitos e de constituição de uma nova ordem não devem, todavia, soar estranho, ou causar maiores preocupações, porque o que mais ocorreu na história foi a mudança de sentido e a perda da característica original dos princípios utilizados como ferramentas forjadoras do funcionamento do sistema internacional. Tudo isto ocorreu normalmente atendendo às conveniências dos países que cultural, ideológica, política, econômica e militarmente dominaram e continuam determinando os rumos do cenário internacional, disseminando costumes e ideologias.

Poderíamos recordar aqui, como exemplo, que a idéia de terrorismo hoje é diametralmente oposta à que prevalecia há algumas dé-

cadadas. Como se sabe, os antigos fundadores de Israel defendiam os atentados como modalidades de atuação perfeitamente legítimas, porque queriam criar o seu próprio Estado – aspiração legítima não só para eles, como também para os palestinos espalhados pela mesma região –, mas que hoje merecem repúdio geral. Apenas para ilustrar este fato, há mais de cinquenta anos, em julho de 1946, o grupo Irgun, ou Organização Militar Nacional, chefiada por Menachen Begin – depois primeiro ministro israelense –, foi o responsável pela explosão do Hotel Rei David em Jerusalém, local à época controlado pelo governo britânico da Palestina, quando morreram 91 pessoas.¹⁵

Atualmente, como é possível constatar, o terrorismo tem levado os governos a realizar inúmeras conferências, procurando instrumentos eficazes para combater a ação de grupos extremistas. Este novo comportamento adotado pelo mundo está apoiado fundamentalmente no fato de que ao agirem utilizando formas não convencionais de atuação, os grupos denominados terroristas imobilizam governos e deixam os países impotentes para conter suas investidas.

O conceito de soberania restrita, ou compartilhada, sobre a Amazônia, considerando-a um patrimônio da humanidade e não como propriedade dos países da região, como a proposta pelo então presidente francês François Mitterrand ao final da década de 80 – quando se discutia em conferência as condições climáticas do planeta –, e a transformação do papel das fronteiras e dos territórios têm se constituído no eixo central das reflexões em foros diversos, que se realizam

¹⁵ Também em julho de 1896, Theodor Herzl publicou em Viena o livro intitulado *O Estado Judeu, Tentativa de solução moderna para a questão judia*, convertido em livro base para as futuras demandas do povo judeu. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 02 de julho de 1996, p. A-10, e 21 de julho de 1996, p. A-24.

diariamente em todo o mundo para avaliar o quadro atual e as tendências, procurando detectar qual o espaço reservado a cada ator.¹⁶

O Estado empresarial, a formação dos mega-blocos e a criação dos regimes internacionais seriam outros sinais evidentes de gestão e concepção de um mundo diferente onde os elementos anteriormente mencionados não teriam mais lugar, por se terem tornado obsoletos, definitivamente ultrapassados, havendo necessidade se não de erradicá-los, pelo menos de repensá-los diante das realidades cambiantes deste início de século. O final do conflito envolvendo Washington e Moscou foi, também, elemento utilizado como referencial para repensar a atual conjuntura mundial.¹⁷

As intensas discordâncias abarcando estes assuntos ainda levarão tempo apreciável até que se chegue a um denominador comum, mesmo porque no calor da hora os critérios objetivos de análise costumam inexistir ou ser relegados a plano secundário.

Não resta dúvida de que todos estes fatos, em conjunto, influenciam a formação de uma nova ordem. Mas, como se sabe, cada modelo, por mais inovador que seja ou se apresente, traz em seu bojo grande parte das características do paradigma anterior, porque é difícil conceber o nascimento de uma estrutura que altere radicalmente as relações sociais e políticas vigentes.¹⁸ Nada tão revolucionário parece ter acontecido até hoje, pelo menos nos dois últimos séculos. O sistema internacional cada vez que é remodelado apresenta necessariamente marcas de tradição e de renovação, o que é absolutamente normal no histórico de todas as instituições.

¹⁶ Cf. *Folha de S. Paulo*, 05 de abril de 1989, p. C-6.

¹⁷ Cf. por exemplo, ROSECRANCE, Richard – *The rise of the trading State*. New York, Basic Books, 1986; KRASNER, Stephen (org.) *International regimes*. Cornell University Press, 1991.

¹⁸ Cf. SARDENBERG, Ronaldo, *op. Cit.*

O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A perspectiva adotada pela globalização não exclui, como se pode constatar, as divergências interblocos, ora dos Estados Unidos contra o Japão, reclamando do protecionismo nipônico e ameaçando a utilização da Super Cláusula 301 – da Lei de Comércio norte-americana de 1988 –, ora intrablocos, com o mesmo país empregando recursos contra o Canadá, seu parceiro no Nafta; a Europa diverge do Japão e dos Estados Unidos e, neste imbróglio, deixam espaço restrito para os demais países que continuamente exercitam papel de somenos importância.

A luta pela defesa dos interesses nacionais – econômicos, políticos, estratégico-militares –, paradoxalmente, é mais firme hoje do que nas décadas passadas, exatamente em função da globalização econômica. Esta forma de operar pode ser percebida nos últimos anos, contra as decisões brasileiras de preservar certas áreas de interesse (gasolina, aço, indústria automobilística e brinquedos), levando aqueles países a recorrerem à Organização Mundial do Comércio (OMC), contra o que designavam protecionismo comercial. Lembre-se, ainda, as disputas entre o Brasil e o Canadá, representando os interesses da Embraer e da Bombardier pelo mercado aéreo. Ou então pelas críticas que a China fazia contra os Estados Unidos ameaçando transferir seus projetos para a Europa, já que a Casa Branca insistia em vetar a admissão de Pequim junto à OMC, problema hoje já resolvido.¹⁹

O que as discussões dos últimos lustros têm procurado mostrar é que as abordagens estratégico-militares, ao perderem força como instrumento explicativo do contexto internacional, não seriam mais úteis.

¹⁹ Cf. *Gazeta Mercantil*, 15 de abril de 1996, p. A-15

Há exageros neste tipo de interpretação, porque a própria terminologia relativa à globalização é entendida diferentemente dependendo do lado em que o observador se encontra, se pertencente aos países altamente industrializados ou do resto do mundo. Enquanto para os primeiros a globalização é uma força inevitável e característica da nova ordem mundial – e vista como benéfica para todos, entendendo as relações como horizontais – a percepção dos países pobres é frontalmente contrária; para estes últimos, as relações são verticalizadas e onde prevalecem as dominações tradicionais, apenas com novas roupagens, e que, em outros momentos históricos, costumava-se designar de imperialismo, sub-imperialismo, etc.

A globalização também não resolveu os conflitos que grassam pelo mundo, como aqueles existentes entre Israel e os países árabes no Oriente Médio. Outro exemplo diz respeito às migrações, alvo frequente de atenção por parte dos países europeus e dos Estados Unidos. Visivelmente a dimensão alcançada pelo problema ao se falar em “abrir as fronteiras” para tornar possível o ingresso de mão-de-obra oriunda dos países latino-americanos, dos africanos, do Magreb ou do Sudeste Asiático, é observada nas agudas reações xenófobas dos governos, da imprensa e das populações dos Estados altamente industrializados.

O que se verifica, portanto, no momento atual é que a defesa do Estado tanto no plano político quanto no estratégico-militar não foi desativada, permanecendo mais sólida do que antes, criando mecanismos e instrumentos, e visando impedir até mesmo a livre circulação das populações. A segurança permanece como elemento merecedor de especial atenção de todos os países, independentemente de status, tamanho, poder e de suas latitudes, em um quadro que ainda se desenha.

Devido à dinamicidade do sistema internacional (que nunca se caracterizou por ser incontestável ou estático, a não ser por curtos períodos), o que está ocorrendo, isto sim, é um reajustamento de influências, mas apenas entre os grandes países, por isso o cenário ainda não tem contorno definido.

Da mesma forma, a intervenção de um Estado em negócios de outros foi e continua sendo um expediente corriqueiramente utilizado, quando algum país considera que seus interesses, principalmente lucros, possam estar em risco. Os Estados Unidos, a Rússia, a França e a Grã-Bretanha mais do que todos mantiveram atuação firme na defesa de suas pretensões, por mais egoístas que fossem, pouco se importando com a opinião pública mundial, ou com as convenções internacionais, se em qualquer circunstância se considerassem atingidos e prejudicados.

Sobre este comportamento adotado pelas grandes potências, vale a pena lembrar que o desrespeito à Carta das Nações Unidas, firmada em 1945, é bem esclarecedor, pois enquanto se assinava tal documento assegurando igualdade jurídica a todos os Estados, estando aí incluídos respeito aos seus territórios e às suas populações, realizavam-se as conferências de Yalta e de Potsdam, dividindo o mundo em áreas de influência, sem consultar as partes diretamente afetadas e interessadas.

Repetia-se em 1945 idêntico procedimento adotado quando se estabeleceu o Tratado de Berlim, firmado em 1885, quando as potências de então simplesmente repartiram o continente africano, demarcando regiões em um mapa colocado sobre a mesa, como se fosse sua propriedade.²⁰ A história prova que, depois deste fato, o que se verifi-

²⁰ Sobre esta questão consultar FERRO, Marc, op. Cit.

cou foi o agravamento do problema colonial, como resultado das políticas adotadas pelas potências que apenas exploraram os territórios africanos, sem nada dar em troca. Depois do processo de descolonização verificado nos anos 60, o continente africano gradativamente se deteriorou, e, deixado à deriva pelas ex-metrópoles, encontra-se à beira do colapso.²¹

As intervenções maciças das grandes potências em outros territórios sempre foram marca característica do sistema internacional. Da invasão da Polônia, da Hungria e do Afeganistão, passando pela Tchecoslováquia, da Indochina (França) à Coreia e ao Vietnã (Estados Unidos), de outros países do Sudeste Asiático (Japão), da América Latina à África, a presença das grandes potências se fez sentir ostensivamente, passando por cima de quaisquer regras e das convenções Internacionais.

Os ataques feitos pelo governo do ex-presidente Bill Clinton ao Iraque, em setembro de 1996, às vésperas das eleições presidenciais norte-americanas, é exemplo cabal de que quando houver necessidade ou se tornar politicamente conveniente, qualquer potência age sem hesitação, sem consultar ou obedecer a qualquer instância, sem prestar contas a ninguém.

Pode-se afirmar, pois, que o fim da guerra fria com a derrubada do muro de Berlim não afetou as políticas de segurança das potências. Se, anteriormente a segurança era pensada pelos dois grandes blocos socialista e capitalista, nela arrastando seus aliados, apoiados em um jogo de soma-zero, onde a conquista de posições de um necessariamente implicaria em igual perda para o seu oponente, o quadro atual contempla características diferentes.

²¹ Ver por exemplo, GODOY, Norton, "Passado colonial condena o futuro africano", *O Estado de S. Paulo*, 07 de agosto de 1994, p. A-12.

No limite, aquele pretenso confronto nunca poderia ocorrer porque, desde o início das divergências, nenhum dos dois contendores conseguiu armazenar forças suficientes e assegurar supremacia tão acentuada que permitisse a qualquer um deles atacar sem sofrer idêntica retaliação, com pesadas baixas. Em um conflito em que ambos seriam atingidos mortalmente, portanto uma guerra sem vencedores, mas apenas com perdedores, o jogo de soma-zero apresentava-se, na verdade, como jogo de soma variável.

O embate não poderia, assim, ser concretizado. A tentativa de romper tal equilíbrio foi, porém, incessantemente procurada acelerando a corrida armamentista, seja através do acúmulo de ogivas nucleares, seja pela sofisticação das tecnologias utilizadas na confecção desses armamentos. São elucidativas a este respeito as declarações de François Mitterrand, quando afirmou que o “importante na estratégia nuclear não é saber onde a bomba vai acertar, mas ter a certeza de que ela nunca será lançada. A questão não é tentar vencer uma guerra nuclear, e, sim, dissuadir todos de querer iniciá-la”.²²

Se esta prática é desenvolvida pelos grandes países, observa-se, evidentemente, um descompasso entre as abordagens que tentam explicar o mundo apenas pela globalização e interdependência econômicas e aspectos culturais, e aquilo que efetivamente ocorre no cenário das nações.

A segurança passou, com o cenário dos anos 90, a ser deslocada para o âmbito regional, devido ao esgotamento do modelo anterior.²³ Se um dos atores abre mão da disputa pela hegemonia mundial é óbvio

²² Citado em GORBACHEV, Mikhail – “Verdade e ficção do Guerra nas Estrelas”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de abril de 1996, p. A-2.

²³ Cf. KOLODZIES, Edward A. – “A segurança internacional depois da Guerra Fria: da globalização à regionalização”, *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro: IRI/PUC, 17 (2): 313-349, julho/dezembro de 1995.

que o tema precisa ser repensado, portanto colocado em outro patamar. Os atores principais têm, por conseguinte, que buscar “outros inimigos” ideológicos e ameaçadores, e novas formas de atuação e de inserção no contexto internacional, inclusive no que diz respeito ao caso norte-americano.²⁴

Nesse ínterim, a idéia de que a história havia chegado ao fim com o triunfo do modelo liberal passou a ser intensamente discutida.²⁵ O denominado “choque de civilizações” igualmente mereceu destaque nas discussões acadêmicas, já que o autor desta teoria, Samuel Huntington, preconizou que no futuro as divergências dar-se-ão não entre Estados, mas sim entre civilizações.²⁶ O que Huntington fez foi apenas tomar emprestada de Arnold Toynbee idéias por este desenvolvidas ao final dos anos 40, quando analisava o mesmo tema.²⁷ O elemento novo que Huntington introduziu foi justamente o fato de que nos últimos lustros (pode-se tomar como referencial o fim do governo do xá Reza Pahlevi e a ascensão do ayatolá Khomeini), os islâmicos fundamentalistas passaram a ocupar espaços políticos e geográficos cada vez maiores, disputando e vencendo eleições (e algumas vezes sofrendo interferências por parte das grandes potências nestas disputas eleitorais, como verificado na Argélia em 1992).

²⁴ Cf. KRISTOL, Irving – “Uma política externa wilsoniana”, *O Estado de S. Paulo*, 02 de setembro de 1996, p. A-3.

²⁵ Cf. FUKUYAMA, Francis – *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1992.

²⁶ Cf. HUNTINGTON, Samuel – “Choque de Civilizações”, *Política Externa*, São Paulo-Rio de Janeiro, USP/Paz e Terra, 2 (4): 120-178, março/maio de 1994. Ver, também, comentários ao texto de Huntington nessa mesma revista. O texto mais elaborado de Huntington pode ser visto em *The clash of civilizations and the re-making of world order*. Nova York: Simon & Schuster, 1996 (há edição brasileira).

²⁷ Cf. TOYNBEE, Arnold – *Estudos de História Contemporânea*, 4ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Um ensaio publicado neste livro inclusive tem o mesmo título de “Choque de Civilizações”, p. 201-210.

Foi este quadro ameaçador que assustou Huntington e o mundo ocidental, porque os fundamentalistas apresentaram-se com uma nova concepção, um novo modo de ver o mundo e as relações sociais, e que se contrapunha à tradicional visão civilizadora do Ocidente. Principalmente na atual conjuntura, quando as instituições sociais do mundo ocidental se encontram claramente vulneráveis, não conseguindo resolver problemas como a força de trabalho e prostituição infantil, o tráfico de drogas, o aumento do índice de criminalidade etc. Por isso, Huntington sugeriu uma série de medidas com a finalidade de conter o avanço dessa civilização adversa, que representaria perigo para a estrutura de poder vigente, havendo a necessidade de mantê-la enclausurada geograficamente.

Percepções do mundo como as de Francis Fukuyama e de Samuel Huntington são características dos países com mentalidades fortes que defendem idéias e políticas arrogantes, considerando-se o centro do universo e obrigando todos a olhar para seu umbigo. A teoria de Huntington inclusive encontra paralelo na maneira como o governo norte-americano, no século XIX, colonizou o Oeste à custa das populações indígenas e do confinamento dos que sobraram em reservas inóspitas, esquecendo-se de cumprir até mesmo os tratados acordados com esses grupos.

Não se pode, contudo, afirmar, como faz Fukuyama, que a história chegou ao fim e, portanto, já vivemos sob uma nova ordem consolidada, inclusive porque não se sabe, por exemplo, qual será o país, na região do Pacífico, que jogará papel de maior destaque daqui a algumas décadas, se o Japão ou a China. Saindo vitorioso este último país, considerando-se os elevados índices de crescimento dos últimos anos, todo o pensamento que se tem hoje a respeito da globalização deverá ser alterado.²⁸

²⁸ Cf. SARDENBERG, Ronald – “A globalização e o nosso futuro”, *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1996, p. A-2.

Se o islamismo aumentar seus espaços será outro fator complicador. Variáveis imprevistas poderão transformar radicalmente o que se projeta como o cenário globalizado dos próximos anos.

Nesse quadro, o tema da segurança sempre deverá se fazer presente. Sem a certeza sobre os vencedores das próximas décadas, nada pode assegurar que pretensões hegemônicas de um ou de outro lado não ressurjam, ou que para evitar exatamente esta possibilidade se utilizem expedientes não diplomáticos e pouco convencionais, dificultando a situação mundial.

OS ACORDOS DO PÓS GUERRA FRIA

Contudo, é bem verdade que, se balanço for feito arrolando as iniciativas acerca da segurança tomadas nos últimos dez anos, poderíamos pensar em um cenário razoavelmente otimista. Procurou-se aumentar o grau de confiança recíproco entre os países: declarou-se moratória nuclear após uma discussão quase infinda que consumiu três décadas, foram realizados alguns tratados preservando regiões de futuros conflitos, como o da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, em 1986, o de Rarotonga no Pacífico Sul, em março de 1996, e o Tratado de Pelindaba, em abril de 1996, desnuclearizando a África.

Nunca tantos acordos regionais foram firmados como nos anos 90, onde cada país procurou preservar suas áreas de interesse. O que chama atenção em tais negociações, realizadas na maior parte das vezes, no nível bilateral, é que envolvem simultaneamente os Estados Unidos, a China, o Japão e a Rússia, em matérias anteriormente entendidas como delicadas, por causa do conflito Leste-Oeste.

As preocupações com a segurança, por parte não só dos grandes países, como também oriundas dos pequenos e médios, decorrem de uma constatação pura e simples: nada é imutável nas relações internacionais. Por isso, ainda que tratados sejam assinados pretensamente com o intuito de estabelecer um clima de paz global, perduram os interesses econômicos, políticos e estratégico-militares presentes em qualquer circunstância e diferentes para cada país.

Na ótica dos *policy makers*, uma coisa é considerar os interesses econômicos das grandes corporações mundiais, seus lucros, suas competições com adversários dentro de um mesmo modelo econômico e outro, completamente distinto, é a forma como seu Estado se insere no contexto global. São freqüentes as declarações de chefes de Estado que não se manifestam contrários à globalização, até porque senão ficariam excluídos de um possível benefício, como acesso a produtos, mercadorias, tecnologias, e investimentos, que poderiam resolver problemas como desemprego, aumentando arrecadação de impostos etc. Alegam os governantes que o momento inclusive é propício para inserir o país de maneira favorável no contexto da globalização, sem abrir mão de sua autonomia ou soberania. Trata-se, apenas, de uma nova conjuntura em que os interesses econômicos evoluíram muito rapidamente, enquanto as concepções de poder estatais permaneceram estagnadas. Exatamente por causa dessa defasagem, dificilmente se ouvirá algum chefe de Estado ou de governo proclamar que seu país tenha sua soberania compartilhada com outros, ou limitada por estes.

No contexto do final de século em que a economia tornou-se globalizada, o que se verificou é que a segurança não foi pensada como anteriormente, tendo como referencial o conflito Leste-Oeste.

A derrocada do modelo soviético pode ser tomada como o ponto de partida principal para que a segurança passasse a ser vista não ape-

nas sob o prisma mundial, mas sobretudo em termos regionais, principalmente junto aos países que experimentam acelerados índices de crescimento e que podem influenciar a formação de novas conjunturas internacionais.

No bojo dessas mudanças, a segurança não deu prioridade estritamente a visão estratégico-militar, deslocando seu eixo de preocupação para as questões econômicas. O que não significa, entretanto, que o resto tivesse ficado descuidado. Os Estados Unidos, que emergiram como a grande potência vencedora da Segunda Guerra Mundial e que enfrentaram dificuldades ao final dos anos 80, continuaram ocupando o topo da pirâmide, desempenhando papel vigoroso. Não tanto, quanto nas décadas de 40 a 60, porque economicamente dividiu seus espaços com países como a Alemanha e o Japão. Mas aqueles sim é que foram anos excepcionais, e, sob este ponto de vista, são corretas as afirmações de Samuel Huntington de que se um país detém quase 30% da economia mundial não pode ser decadente.²⁹

No contexto em que prevalecia a ordem bipolar, a União Soviética era apenas uma superpotência no plano militar, porque economicamente tinha sérias dificuldades. Além do mais, por motivos vários, não conseguiu o sucesso esperado com seu modelo econômico centralizador, não atendeu às expectativas de consumo de seus habitantes, como também nunca teve legitimidade suficiente, apoiando-se em forte aparato repressivo interno, com a multiplicação de dissidentes que ocuparam as manchetes da mídia mundial. As dificuldades no plano interno, aliadas à necessidade de continuar competindo com os Estados Unidos levaram o país a uma situação delicada, que foi se deteriorando progressivamente apesar da ascensão de Mikhail

²⁹ Cf. HUNTINGTON, Samuel – “Declínio ou renovação?”, *Diálogo*, Rio de Janeiro, USIS, 1 (23): 38-44, 1990.

Gorbachev ao Kremlin, e que exibiu ao mundo suas políticas da *glasnost* e *perestroika*.

Com o espaço apenas para si, e sem maiores preocupações com seu ex-rival, o Estado norte-americano passou a canalizar suas atenções fundamentalmente para a região da Bacia do Pacífico, envolvendo o Japão, a China e outros países da área. Ainda que o governo norte-americano não tenha tido nesses últimos anos uma linha mestra que orientasse sua política externa, uma vez que ficou sem seu principal referencial depois de quase cinco décadas, não se descuidou da segurança.

Por isso mesmo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte não desapareceu como sua congênere do bloco socialista, o Pacto de Varsóvia, que se dissolveu no início dos anos 90. O questionamento era como determinar no quadro atual, com as mudanças ocorridas no outro lado, quais os limites da nova Europa, e como se reestruturaria a OTAN, principalmente com a criação da União Européia. Ou seja, levantou-se a possibilidade de ampliar a organização, com a participação de países do ex-bloco socialista, incluindo os próprios Estados bálticos. A Rússia, por seu turno, manifestou-se inicialmente contrária a esta idéia, mudando de discurso rapidamente, mas enfatizando que permitiria a inclusão de países ex-comunistas na aliança atlântica, mas sob certas condições, considerando inaceitável qualquer movimento de soldados ou armas em direção às suas fronteiras.³⁰ Enquanto isto a OTAN mudava seu próprio conceito estratégico, ampliando seu raio de atuação, até então restrito ao território europeu.³¹

³⁰ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 05 de junho de 1996, p. A-12.

³¹ Sobre esta questão ver NATO – “The alliance's new strategic concept”, que pode ser consultado no seguinte endereço: <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>. Ver também Patrícia Helena VICENTINI - *A Organização do*

Todavia, nem mesmo estas dúvidas que permearam o governo de Bill Clinton impediram que o continente continuasse protegido, ainda que mísseis tenham sido desativados de ambos os lados. Como bem enfatizava Henry Kissinger em várias ocasiões, a perda de quantidade não implicou perda de qualidade, o que é perfeitamente compreensível, visto que a dissociação desta ordem bipolar em termos militares é ainda muito recente, e os arsenais da ex-União Soviética foram herdados pela Rússia e pelo Casaquistão.

Declarações feitas com frequência pelos ex-secretários de Defesa e de Estado norte-americanos consideravam os do outro lado como trapaceiros, e que não mereciam confiança.³² Afirmações destas autoridades, porém, precisam ser devidamente ponderadas. Em primeiro lugar, porque os participantes nestas esferas de decisão tiveram toda sua concepção de mundo forjada nos anos da guerra fria e é impossível esquecer em tão pouco tempo as tradicionais divergências que caracterizaram as relações entre ambos durante décadas. Em segundo lugar, porque a função dos titulares destes cargos é justamente zelar pela conduta de seu país no âmbito externo, no que diz respeito não só ao campo diplomático, como também e, principalmente, na arena militar, transmitindo tranquilidade para os habitantes norte-americanos que assumem a idéia de grandeza de seu país e, precisam, portanto, sentir-se não só fortes, mas protegidos. Considera-se que no caso de erros de avaliação, ou de hesitação em tomar medidas adequadas, situações imprevistas podem eclodir, colocando em risco a segurança

Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a incorporação das operações de paz no pós-Guerra Fria – A intervenção na Bósnia-Herzegovina (1992-1998), Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília em setembro de 1998, mimeo.

³² Ver CHRISTOPHER, Warren & PERRY, William, *O Estado de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1995, p. A-2.

nacional. E também porque, como país líder do mundo, chamou para si a responsabilidade de gerenciar uma ordem e de controlar a conduta dos demais membros da comunidade mundial, apesar de que isto nem sempre é possível, e cada vez mais difícil.

Deve-se ponderar, ainda, que a segurança é vista sob prismas diferentes conforme o papel que cada um desempenha no cenário mundial. Para um país como os Estados Unidos, a segurança não se restringe unicamente ao seu território, mas diz respeito ao mundo inteiro onde seus interesses sejam afetados ou onde possa haver algum problema que tenha reflexos diretos ou indiretos sobre ele.

Esta é a ótica desenvolvida por todos os estrategistas do mundo, que ao fazerem avaliação da segurança de seus países, e ao considerar as áreas de interesse nacional, no final acabam abraçando todo o globo. Com uma diferença considerável. Enquanto países como os Estados Unidos têm condições de intervir em qualquer local do planeta – a preços cada vez mais onerosos –, aos demais as chances de atuação com este escopo são sensivelmente mais reduzidas, quase nunca ultrapassando suas próprias fronteiras .

Pensada sob outro ângulo, a questão da segurança para a Casa Branca leva em consideração o fato de o país estar perdendo seus espaços econômicos em nível global e correndo o risco de uma depreciação das condições de vida de seus habitantes, havendo necessidade, portanto, de ampliar sua atuação no plano externo visando reverter tal situação. A perda de qualidade de vida internamente, ou com o aumento de dependência, por exemplo, para equilibrar suas balanças fiscais, poderia desestabilizar o próprio país fazendo-o perder seu papel de importância no cenário internacional e ser substituído por outros, encerrando seu período hegemônico e estruturando um novo mundo.

Como já foi dito, uma nova ordem, entretanto, tem sempre elementos de mudança e de permanência. No final dos anos 90, o vetor segurança continuou merecendo lugar de importância, inclusive porque em última instância era o poder militar que iria assegurar ou não a supremacia de um determinado modelo político e econômico. Se não utilizado diretamente, pelo menos como elemento de dissuasão, situação perfeitamente natural e que sempre caracterizou o jogo das relações internacionais.

O livro de Paul Kennedy, de final dos anos 80, é bastante claro sobre a ascensão e queda de países que, em determinado momento, ocuparam papel hegemônico e foram inexoravelmente sendo substituídos, dentro de um processo de rodízio em que as condições permaneceram inalteradas para a grande maioria de nações.³³

É este movimento para cima e para baixo de países em determinados ciclos da história que configuram o sistema internacional. Assim, em um certo período havia uma estrutura dominada pelos países europeus que se encontravam no centro do poder mundial, como Portugal, Espanha, ou Grã Bretanha; nas décadas mais recentes a estrutura direcionada para o aspecto estratégico-militar privilegiou a relação soviético-americana, ao passo que nos anos 80 e 90, ocorreu o triunfo de um modelo baseado na tríade composta pelos Estados Unidos, Unidade Européia e Japão, dividindo mercados e tentando cada um ampliar suas influências.

No plano militar, contudo, que diz respeito diretamente à segurança, a capacidade acumulada por Estados Unidos e Rússia é tão superior que dificilmente serão superados em futuro próximo. Evidentemente, a aplicação de recursos maciços em ciência e tecnologia,

³³ Cf. KENNEDY, Paul - *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1992

passíveis de serem revertidos para fins bélicos, pode, a médio e longo prazos, acabar com a supremacia de ambos neste setor, e ter como novo parceiro um país como o Japão, a China, ou o bloco europeu.

Basta, para isto, atentarmos para os montantes utilizados pelo governo japonês nos setores bélicos com a utilização de um por cento de seu elevado produto nacional bruto e passando a assumir responsabilidades militares cada vez maiores, como verificado a partir do primeiro semestre de 1996.

É interessante lembrar aqui os acordos firmados pelo governo norte-americano com o império nipônico, naquele ano, assegurando a continuidade de uma centena de milhares de soldados na Ásia, além de manter concentrados em território japonês 47 mil desses homens.³⁴ O acordo mostra que o Japão e os Estados Unidos passariam, a partir desse momento, a ter estreita cooperação, inclusive com Tóquio disposta a desenvolver juntamente com Washington um sistema de defesa contra mísseis balísticos. Por outro lado, a maior participação nipônica na defesa e manutenção da ordem na região da Bacia do Pacífico significou uma alteração radical do papel que até então o império japonês exercia, já que a constituição estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial proibia terminantemente o envolvimento de Tóquio em questões desta magnitude.

Abriu-se, portanto, o caminho para que o Japão passasse efetivamente a assumir maiores responsabilidades militares na região, surgindo como conseqüência desta política duas implicações. Em primeiro lugar, desonera os Estados Unidos como único guardião da Ásia, fazendo com que o Japão tenha papel militar correspondente ao seu prestígio econômico, ou seja alavancando sua pretensão de fazer parte

³⁴ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 18 de abril de 1996, p. A-13.

do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas como membro permanente, provavelmente um dos primeiros itens a serem contemplados, numa futura reestruturação da entidade. Nesse caso, essa ordem internacional espelharia melhor as relações de poder global, conjugando interesses políticos, militares e econômicos simultaneamente, tornando possível, também, a efetivação de outros países como a Alemanha, e que durante os próximos anos constituirão uma nova oligarquia do poder controladora do sistema internacional.

A segunda implicação é que a ascensão do Japão no plano militar, cuidando da defesa regional como parceiro privilegiado dos Estados Unidos, reativará as desconfianças dos demais países do Sudeste Asiático. A história do século XX apresenta o Japão como país com tendências altamente belicosas, envolvendo-se em conflitos com a Rússia no começo do século e com a China, além das inúmeras invasões nos anos da Segunda Guerra Mundial, e que produziram feridas ainda não devidamente cicatrizadas.

Provavelmente já esperando isto, tenha se verificado a tendência nos últimos anos nesses Estados do aumento do percentual de gastos em equipamentos bélicos.³⁵ Para estes países cognominados tigres asiáticos e que abrangem desde Taiwan a Cingapura, Hong Kong à Coreia e outros que passam por rápido processo de crescimento, a questão da defesa se tornou importante até mesmo para assegurar seu próprio ritmo.

O crescimento econômico necessariamente deve vir acompanhado de projeção militar compatível, porque o domínio de apenas um dos componentes do poder nacional é insuficiente para ver respeitados seus desejos de projeção mundial. A não ser, obviamente, que essas

³⁵ Cf. MOTLUK, Alyson - "Estudo aponta desarmamento recorde", *Folha de S. Paulo*, 05 de maio de 1996, p. 1-23

nações tivessem optado por políticas pacifistas, o que não é bem o caso, inclusive porque enfrentam periodicamente problemas regionais, além de estarem comprimidos geograficamente, com três grandes países à sua volta, como o Japão, a China e a Rússia.

Por esses motivos, a defesa tem sido preventivamente reforçada, com o intuito de assegurar a soberania de seus países e evitar futuros problemas. Ou seja, sem adotar capacidade agressiva, mas procurando convencer aos demais que seu poder defensivo é satisfatório, e que um possível invasor deve ponderar e pesar as conseqüências, antes de tomar qualquer medida inconveniente ou precipitada.

Esta perspectiva realista que os países têm adotado nessa parte do mundo, torna evidente que o tema da segurança lhes diz respeito e é importante. Preocupação semelhante foi também notada através dos acontecimentos recentes: a pressão de Pequim sobre Taiwan e a explosão de bombas chinesas antes de demonstrar vontade em aderir ao tratado de prescrição de armas nucleares.

O caso francês também deve ser lembrado porque, no final de 1995 e início de 1996, o governo dos Campos Elíseos não abriu mão de detonar meia dúzia de artefatos nucleares para garantir, como dizia o presidente francês Jacques Chirac, capacidade de dissuasão pelos próximos cinquenta anos.³⁶ Com o agravante de que os testes foram todos realizados na Polinésia francesa longe do território europeu.

É bem verdade que em setembro de 1996, em reunião extraordinária, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas concor-

³⁶ Esta visão de que se deve ter um arsenal nuclear para proteção é compartilhada não só por políticos, mas também por cientistas como o físico Hans Bethe, prêmio Nobel de 1967. Cf. EJMISMAN, Renato – “Países ‘sérios’ devem estocar armas nucleares, diz Prêmio Nobel de Física”, *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 1996, p. 5-14.

dou em eliminar completamente os testes nucleares, com o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty, CTBT). Mas, por outro lado, países como a Índia e a Líbia se recusaram a assiná-lo impedindo que se tornasse uma lei internacional, porque há necessidade de que pelo menos 44 nações que tenham capacidade de tecnologia nuclear assinem e ratifiquem o tratado, incluindo a própria Índia.³⁷

A postura da Índia e da Líbia e de mais alguns que se abstiveram na votação é justificada pela crença de que não haverá desarmamento, mas apenas o impedimento de novos testes. Quer dizer, ocorrendo aquilo que o ex-embaixador brasileiro Araujo Castro denunciava ao final dos anos 60, como o “congelamento do poder mundial”, dividindo-se o mundo em duas categorias; aqueles países maduros e responsáveis que já detêm a tecnologia nuclear e aqueles considerados imaturos e irresponsáveis que estarão impedidos de ter acesso à mesma.³⁸ Este desconforto fica bem explicitado na crítica do embaixador do Zimbábue, M. T. Mapuranga, quando ressaltou que o “tratado vai permitir que as potências nucleares mais sofisticadas continuem a aperfeiçoar seus arsenais, mas não dissolvendo o clube nuclear, fazendo com que o mesmo se torne mais exclusivo”.³⁹ Mas estas disputas tornam cristalino o fato de que permanece acirrado o conflito Norte-Sul. Por isso mesmo a Índia e o Paquistão seguiram os mesmos passos de China e França, detonando seus próprios artefatos nucleares na passagem do milênio.

³⁷ Cf. *Gazeta Mercantil*, 11 de setembro de 1996, p. A-10.

³⁸ Cf. ARAUJO CASTRO, J.A. – “O congelamento do poder mundial”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG (33): 7-30, 1972.

³⁹ Cf. *Gazeta Mercantil*, 11 de setembro de 1996, p. A-10.

Como se vê não há consenso sobre esta questão que movimentou as discussões mundiais desde que o governo norte-americano explodiu a primeira bomba atômica em 1945. Mesmo na conjuntura atual, sem o risco de uma conflagração, a tecnologia nuclear continua sendo um dos vetores mais procurados para assegurar a defesa de cada Estado. Não como equipamento a ser utilizado, mas como capacidade de persuasão, apesar de nas divergências entre Índia e o Paquistão em 2002, este último país tenha quase sucumbido à tentação de fazer uso de seus artefatos nucleares, conforme declarava o presidente Persvez Musharraf.⁴⁰ O domínio da tecnologia nuclear significa, para o país que o detém, um avanço qualitativo em seu desenvolvimento industrial, não dependendo dos demais para a realização de seus planos, com finalidades múltiplas, entre os quais se pode mencionar a utilização na área médica.

Bob Dole, candidato republicano à Presidência norte-americana em 1995, enfatizava em determinados momentos da campanha eleitoral que havia necessidade de ressuscitar a guerra das estrelas, projeto elaborado no governo de Ronald Reagan nos anos 80, e que teria contribuído para acelerar o desmoronamento da União Soviética desprovida de recursos suficientes para acompanhar esta competição.⁴¹

É justamente a política de poder desenvolvida pelas grandes potências, que não acatam qualquer instância supranacional, que faz com que cada país procure resolver isoladamente seus problemas. De

⁴⁰ Ver as declarações do presidente paquistanês Persvez Musharraf em “Líder paquistanês afirma que esteve pronto a usar armas atômicas contra a Índia”, *O Estado de S. Paulo*, 31 de dezembro de 2002, p. A-8.

⁴¹ Gorbachev refuta este argumento mencionando que este projeto denominado Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) não levou ao colapso a URSS, diz ele, mesmo porque “tínhamos enormes orçamentos de defesa naquela época e eles continuaram assim durante todo o meu governo”. Cf. GORBACHEV, Mikhail, op. Cit.

um lado, as potências que têm capacidade acumulada e que querem a manutenção do status quo; e , de outro, os países médios e pequenos que, embora desejem mudança do sistema internacional, não têm capacidade suficiente para alterá-lo favoravelmente, buscando, assim, soluções individuais.

Percepção do mundo feita sob este prisma é natural, uma vez que a história das últimas décadas tem caminhado nesta direção e os fatos ocorridos dificilmente serão esquecidos em poucos anos, apenas porque se mudou de século.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os países experimentaram a dolorosa sensação de perceber que os princípios da Carta das Nações Unidas jamais seriam acatados, e mais do que nunca seus direitos foram paulatinamente atropelados. Por outro lado, observa-se, também, a inexistência de instâncias punitivas, porque a ONU, por princípio, não tem política de poder, considerando todos os países soberanos, juridicamente iguais, e como tal, mantém suas forças em locais de conflitos apenas para assegurar o cumprimento dos acordos. Instituições com este escopo, contudo, sobrevivem tão somente com o beneplácito das grandes potências que mantêm seu orçamento em dia – ainda que todos os países devessem colaborar anualmente – enquanto seus interesses convergirem.⁴² Por isso, a ONU não é uma instância punitiva supranacional. Como punir países como a Rússia que destrói a Chechênia, os Estados Unidos que lançam seus aviões contra o Iraque, a França e a China que detonam suas bombas nucleares apesar das críticas mundiais?

⁴² Cf. PEREIRA, Antônio Carlos – “Crise crônica”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1996, p. A-4. Ver, ainda, editorial de *O Estado de S. Paulo*, 08 de abril de 1996, p. A-3.

A inexistência de um governo mundial dificulta, certamente, uma ordem justa e duradoura, sem conflitos, em que os direitos de todos sejam assegurados. Nestas circunstâncias, as políticas de segurança têm que ser implementadas e dificilmente algum país aceitaria o argumento de que deve desfazer-se de suas forças armadas, porque se as mesmas não existissem, ninguém poderia entrar em guerra com o outro.

Este último argumento, de inspiração kantiana, encontra eco apenas no seio das entidades pacifistas e das organizações não-governamentais que pensam os assuntos, não só nacionais mas sobretudo mundiais como algo que não pode passar apenas pela esfera do Estado, mas que deve contemplar os interesses dos cidadãos e dos grupos.⁴³

A prática, todavia, tem demonstrado que a atuação e influência de organizações não-governamentais, embora importantes, têm se restringido muito mais ao plano retórico, em nível do discurso, do que na tomada de decisões e medidas concretas pelos governos das grandes potências. Alguns exemplos são elucidativos a este respeito. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, pouco espaço foi reservado ao Fórum Global. Mesmo as recomendações para aplicação de 0,7% do PNB de cada país industrializado para auxílio aos países pobres nunca foram levadas à prática, a não ser por alguns como a Holanda, a Alemanha e o Japão. Os demais simplesmente ignoraram ou esqueceram o assunto. Nas demais conferências, sobre população realizada no Cairo em 1994, sobre pobreza em Helsinque em 1995, e mesmo na Habitat II em Istambul no primeiro semestre de 1996, o papel desempenhado pelas organizações não-governamentais

⁴³ Cf. KANT, Immanuel – *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989.

ficou muito aquém de resolver problemas, restringindo-se praticamente à função de apresentar sugestões. Os países industrializados, por sua vez, obviamente não se comprometeram a tomar as medidas necessárias para dar solução às questões globais que vão desde a preocupação com o meio ambiente ao desemprego, da pobreza à exploração da força de trabalho infantil etc., ainda que retoricamente manifestassem intenção de fazer frente a estes temas.

Em contrapartida, as decisões relativas à segurança são tomadas em foros restritos e rapidamente implementadas. Nesses casos, obviamente, a presença de organizações não governamentais é vetada, por “razões de segurança”. E, quando essas participam em instâncias como a Organização das Nações Unidas, o fazem tão somente na condição de observadoras, como a própria Associação Internacional de Pesquisa para a Paz (IPRA).⁴⁴

Deve-se mencionar, ainda, que a configuração de poder mundial atualmente em gestação difere radicalmente da dos anos anteriores, em termos das alianças propostas, de parcerias, e de locais onde as mesmas estão sendo implementadas.

Se no período da guerra fria a questão da segurança era uma opção mais fácil de ser feita, nos anos 80 e 90 a situação ficou no mínimo complicada, resultado de interesses extremamente divergentes que se têm apresentado. No pós-Segunda Guerra as alianças priorizavam ou o mundo ocidental capitalista ou o bloco socialista. Os discursos feitos ao final dos anos 40, por Harry Trumann, exigindo que todos se posicionassem a favor de um ou de outro, por Winston Churchill cunhando a terminologia “cortina de ferro”, bem como o artigo de

⁴⁴ Ver, por exemplo, ONU – *The non-governmental voice at the United States Nations, special session on disarmament*. New York, United Nations, Department of Disarmament Affairs, 1988.

George Kennan (utilizando o pseudônimo de “X”) discorrendo sobre a contenção do poderio soviético são claros a respeito das escolhas a serem feitas pelo mundo.⁴⁵ Os acontecimentos posteriores que serviram para deteriorar a situação tornavam fácil a opção por um dos dois lados, ainda que surgissem simultaneamente blocos como os dos não-alinhados, Terceiro Mundo, etc.

Já nas duas últimas décadas do século, coalizões anteriormente impensáveis começaram a se verificar, desde a realizada contra o Iraque no início dos anos 90, aos acordos assinados por Moscou com a China estabelecendo canais de cooperação diretos, incluindo intercâmbio espacial, reforços na área econômica, a construção de gasoduto em território siberiano, para transportar gás para a China, e, ainda, criando uma zona tampão entre ambos os países numa faixa de 200 quilômetros (cem de cada lado), passando pela Quirguízia, Casaquistão e Tajiquistão.⁴⁶

Além do acordo com o Japão, o ex-presidente Bill Clinton visitou Moscou no primeiro semestre de 1996 com a finalidade de discutir problemas relativos à segurança nuclear; e o então presidente russo Boris Yeltsin também firmava acordo com a China. Este último país igualmente elaborava relatório projetando intercâmbio sino-japonês cada vez mais crescente, estimando que cerca de dez anos depois ambos os países seriam responsáveis por até 28% do comércio mundial, enquanto na primeira metade da década de 90 representavam pouco mais de 13%.⁴⁷ Ou seja, um acréscimo substantivo em período relati-

⁴⁵ Cf. KENNAN, George - “The sources of soviet conduct”, *Foreign Affairs*, XXV, julho de 1947.

⁴⁶ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 26 de abril de 1996, p. A-15 e 27 de abril de 1996, p. A-9.

⁴⁷ Cf. WALKER, Tony - “China e Japão vão constituir o eixo do comércio mundial”, *Gazeta Mercantil*, 15 de abril de 1996, p. A-15.

vamente curto, o que implicaria portanto, perda equivalente dos europeus e norte-americanos.

Este quadro envolvendo americanos e japoneses, japoneses e chineses, chineses e russos, russos e americanos é extremamente interessante de ser analisado. Como abrange negociações em todos os níveis, políticos, econômicos e estratégico-militares, pode-se imaginar que a estrutura de segurança mundial deva necessariamente passar por estes acordos por eles firmados.

A Europa, por seu lado, encontrava-se mais preocupada com seus problemas internos relativos à integração regional. Assim, em março de 1996 foi criada a Comissão Intergovernamental (CIG), com o propósito de fazer uma revisão completa do Tratado de Maastrich, em 18 meses, para tratar, entre outros, de temas como emprego e meio ambiente, políticas externas comuns e defesa continental, com posições diferenciadas entre Alemanha, França e Grã Bretanha. No caso da defesa, o Tratado de Maastrich contemplava a criação de uma estrutura que não substituísse a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas que proporcionasse um mecanismo de ação europeu quando não houver unanimidade entre todos os membros da aliança atlântica. A Grã Bretanha fez sérias restrições a isso, enquanto outros países do bloco, como a Suécia, a Finlândia, a Islândia e a Áustria desconfiavam de qualquer estrutura defensiva.⁴⁸

Neste caso específico relativo à defesa, os membros da OTAN aprovaram, algum tempo depois, em 3 de junho de 1996, acordo no qual se concedia aos países europeus, autonomia para executar operações militares próprias dentro da aliança atlântica, e usando recursos

⁴⁸ Cf. REALI JR, E. – “União Européia não se entende sobre paz”, *O Estado de S. Paulo*, 18 de abril de 1996, p. A-5. Ver também *O Estado de S. Paulo*, 29 de março de 1996, p.A-11 e 30 de março de 1996, p. A-12.

da entidade, o que possibilitaria a construção de uma identidade de defesa e segurança tipicamente européia.⁴⁹ Na realidade, como diz Gilles Lapouge, o fato de os militares norte-americanos não confiarem nos parceiros europeus limitaria bastante estas ações. Como o material e a logística da OTAN pertence basicamente aos Estados Unidos, esta autonomia do “pilar europeu” acabaria funcionando apenas quando autorizada e supervisionada por Washington, que continuaria mantendo uma discreta tutela sobre o continente europeu.⁵⁰ Os fatos revelam que as preocupações estratégicas em meados dos anos 90 adquiriram força e fôlego redobrado, o que pareciam haver perdido ao final dos anos 80 com a queda do muro de Berlim. Foi aquilo que o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos londrino chamou, em um de seus relatórios, de volta da “diplomacia da força”.⁵¹ Na verdade, não houve um retorno na forma de atuação, mas simplesmente a continuidade, depois de um breve período de readaptação face aos inesperados acontecimentos que culminaram com a ruptura do modelo soviético, enquanto os demais países perdiam momentaneamente seu referencial. Mas rapidamente recuperado, como se verificou, por motivo da coalizão contra o Iraque.

As demais regiões que tradicionalmente apresentaram problemas para resolver seus conflitos, como o verificado entre Israel e os países árabes, continuaram merecendo atenção cotidiana por parte das grandes potências, procurando chegar-se a bom termo inclusive para a constituição do território palestino. As marchas e contramarchas deste conflito, parecem, contudo, nunca chegar ao fim, porque gerações cri-

⁴⁹ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 04 de junho de 1996, p. A-9.

⁵⁰ Cf. LAPOUGE, Gilles – “Difícil será sair da tutela dos EUA”, *O Estado de S. Paulo*, 04 de junho de 1996, p. A-9.

⁵¹ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 25 de abril de 1996, p. A-11.

adas neste clima encontram dificuldades para se adaptar a situações em que o clamor das armas não se faz mais necessário, além da dificuldade em gerenciar acordos de paz. No caso de Israel, que vive em guerra desde sua criação, sob um regime eterno de paz armada, persiste a desconfiança de que um território cercado por populações historicamente hostis encontra-se sempre em perigo, daí a segurança fazer parte das preocupações diárias daquele país.

Outras entidades divulgavam, também, com certa frequência, que os gastos com despesas militares estariam decrescendo no mundo, como fez o instituto alemão Centro Internacional de Conversão de Bonn (BICC), concluindo que, em princípio, a maior parte dos países deixou de lado preocupações com tais assuntos, canalizando recursos para outras atividades.⁵² Todavia, interpretação diferente pode ser dada a este fato. Pode-se argumentar que os países mais pobres estavam gastando menos em armamentos, porque se encontravam em fase muito aguda em termos econômicos, com pesados serviços da dívida, resultado da acirrada concorrência que sofrem dos países altamente industrializados. Como se encontraram livres das pressões dos dois antigos líderes, evitaram despende seus parcos recursos em indústrias e/ou equipamentos bélicos. Mas os países da Bacia do Pacífico que estão vivenciando surtos de crescimento significativo estavam aumentando mais do que proporcionalmente seus gastos com este tipo de material. O que significa dizer que cada país, assim que resolve seus problemas internos, retoma os investimentos em equipamentos militares visando assegurar ou aumentar sua influência no âmbito regional ou mundial.

⁵² Cf. MOTLUK, Alyson, op. Cit.

O CENÁRIO NA VIRADA DO MILÊNIO

Ao contrário do que se poderia supor, o início do novo século não veio carregado com boas notícias.

Embora a segurança fosse importante no cálculo dos Estados, os acontecimentos de setembro de 2001, quando foram atingidos o *World Trade Center* e o Pentágono, contribuíram para deteriorar sensivelmente as relações internacionais.⁵³ Os Estados Unidos, pela primeira vez em sua história, foram atacados de forma impiedosa, e, coincidentemente, no mesmo dia em que Washington, vinte e oito anos antes, em 1973, ajudou a destituir o presidente Salvador Allende do Palácio de La Moneda.

Acostumada apenas a acompanhar, comodamente, através da imprensa escrita e pela televisão, as intervenções feitas por seu governo, nos mais longínquos países, a população norte-americana provou do próprio remédio utilizado em inúmeras oportunidades pela Casa Branca ao longo dos últimos 60 anos.

Com o presidente George W. Bush clamando por vingança, o Afeganistão foi literalmente arrasado, contabilizando-se centenas de vítimas civis desse país, ainda que o objetivo maior, o de liquidar Osama Bin Laden, considerado responsável pelos atentados, não tenha sido alcançado.

⁵³ Sobre o pós-11 de setembro a bibliografia já é extensa. Ver, por exemplo, a revista *Nueva Sociedad*, Caracas, nº 177, janeiro/fevereiro de 2002, cujo tema principal é o terrorismo. Também Luciano MARTINS – “A des(ordem) mundial, o fenômeno dos terrorismos e as instituições democráticas”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, vol. 11 (2): 50-71, set/nov. 2002; Domicio PROENÇA JR., - “11 de setembro: 7 meses depois”, Texto apresentado ao XIV Fórum Nacional, realizado no Rio de Janeiro/RJ, de 6 a 9 de maio de 2002, Rio: Grupo de Estudos Estratégicos/COPPE/UFRJ, 2002, mimeo.; Ernesto LOPEZ – “La seguridad internacional em los albores del siglo XXI”, Quilmes: PIFAS/Universidad de Quilmes-Argentina, Documento de Trabalho, nº 9, mayo de 2002.

Mudanças drásticas foram adotadas a partir dos atentados, quando novamente, e em situação ainda mais aguda do que no período de guerra-fria, a segurança passou a ocupar o lugar central nas preocupações governamentais. Pressões exercidas pelo governo norte-americano tornaram-se constantes, contra todos que comungassem ideais contrários aos seus, ora contra o Iraque, ameaçando a todo momento invadir novamente o país, visando destruir definitivamente Saddam Hussein, contra a Coreia do Norte, ora na caça incessante aos opositores do modelo norte-americano denunciando o “eixo do mal”. Considerados perigosos à segurança internacional, tanto o governo iraquiano, quanto os grupos mais conhecidos como o Al Qaeda converteram-se verdadeira obsessão para o governo norte-americano que, em sua cruzada, procuram arrastar todos os demais países. Mesmo pressões foram exercidas contra aqueles que entendiam ser a postura norte-americana equivocada, e advogando a necessidade de se negociar com o Iraque, como ocorreu com o embaixador brasileiro José Maurício Bustani, apeado da direção da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) no primeiro semestre de 2002.

O reativamento do escudo antimísil, versão mais modesta do projeto ‘Guerra nas Estrelas’ do ex-presidente Ronald Reagan, previsto para operar a partir de 2004, a saída do Tratado Antimísseis Balístico (ABM) em julho de 2002, e que tinha sido assinado trinta anos antes, em 1972, com a ex-União soviética, investimentos maciços na indústria bélica, bem como a elaboração de nova política de segurança nacional de setembro de 2002 – a chamada doutrina Bush – foram algumas das medidas utilizadas pela Casa Branca para mostrar que não admite qualquer tipo de contestação às suas políticas.⁵⁴ Utilizando

⁵⁴ Ver o documento intitulado “A estratégia de segurança nacional dos EUA”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, Vol. 11 (3): 78-113, dezembro/2002-

todo o seu superpoder militar, o governo age unilateralmente para resolver o que considera prioritário na defesa de seus interesses, apenas atendendo as recomendações das instâncias multilaterais, quando percebe que os custos são mais elevados do que os benefícios de sua ação.

Nesse contexto, as organizações internacionais pouco peso têm, a não ser quando suas preocupações caminham *pari passu* com as pretensões norte-americanas.

Na verdade, o receio com as medidas tomadas pelos grupos extremistas, insatisfeitos contra a postura norte-americana de comandar os assuntos mundiais, não é recente. A diferença no pós-11 de setembro é que o governo norte-americano, pela primeira vez, experimentou a desagradável sensação de ver que todo o poder de que dispunha não fora suficiente para evitar tal tragédia, além de não estarem preparados para combater o inimigo neste campo. Os grupos denominados terroristas além de mostrarem claramente a vulnerabilidade da nação mais poderosa do mundo, escolheram como alvos verdadeiros símbolos desse país.

Assim, o início do milênio foi marcado por fatos que mudaram os rumos do mundo para um caminho sem volta, com a segurança retomando o seu lugar nas políticas de todos os países, mobilizando intensamente a agenda da própria Organização das Nações Unidas. Os Estados Unidos, como o país mais duramente atingido por esses ataques, até o presente momento, assumiram a liderança para fazer frente a este perigo que passou a ameaçá-lo, colocando-o na mesma linha de risco como qualquer outro país. A Casa Branca mostra, assim, que o

fevereiro/2003; Cf., também matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 21 de setembro de 2002, p. A-24, intitulada “Nasce doutrina Bush: EUA não admitem desafio”.

poder só é útil quando utilizado para defender seus interesses, em circunstâncias como as que se apresentam.

Os grupos extremistas, por sua vez, passaram a fazer ameaças constantes, colocando os países de todo o mundo em alerta permanente, criando um clima de insegurança generalizado, já que ninguém se encontra preparado para agir rápida e eficazmente, apenas fazendo-o para reparar as perdas *a posteriori*. Esta modalidade de atuação, ainda utilizada com certa parcimônia, nos anos anteriores, passou a marcar presença diária em várias partes do mundo, como pode ser observado no Oriente Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu ao longo do texto, o objetivo dessas notas é ponderar que, embora o quadro atual das relações internacionais seja distinto do que perdurou dos anos 40 ao final dos anos 80, e no imediato pós-guerra fria, muitas preocupações fundamentais persistiram, e até recrudesceram.

Algumas questões podem ser recolocadas, e que abrangem três conjunturas distintas, mas orientadas por um mesmo vetor, que é a centralidade do tema da segurança.

De um lado, apesar dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, a ênfase na globalização e na interdependência parece dominar as tendências de interpretação da conjuntura desde a última década; por outro lado, porém, a questão da segurança nunca foi, em nenhum momento, descartada pelos governos, em qualquer dos cenários traçados, nem o Estado está condenado a desaparecer, apesar da investida dos globalistas. Pelo contrário, o que se tem observado é que o Estado tem sido utilizado como instrumento importante pelas grandes corporações, que pregam a abolição das fronteiras e das soberanias, para

ampliar seus próprios espaços na competição triádica, onde o lucro é o motor que movimenta suas atitudes e visão de mundo.

A segurança, se não foi uma preocupação fundamental na década de 90, como no quadro anterior, dominado pelos dois ex-contendores da guerra fria, na virada do milênio passou a ser central na política estadunidense. No plano internacional atores como o Japão, a China, a Índia e o Paquistão, além de outros países do Sudeste Asiático, começaram a exercer papel importante em matéria de segurança, ocorrendo, simultaneamente, uma regionalização deste problema, que passa, igualmente a assumir outras dimensões.

Como o sistema internacional é composto por atores distintos, tantos quantos são os interesses existentes, o Estado passou, também, a dividir seus espaços com as denominadas organizações não-governamentais. Mas, nem por isso o Estado deixou de ser componente importante – e assim será por muito tempo –, tanto é que tratados, acordos, coalizões continuam a ser realizados pelos governos que os representam. Este comportamento indica, por isso, que outros interesses podem caminhar paralelamente aos dos Estados, mas que têm influenciado de maneira discreta as tomadas de decisão governamentais, principalmente no que tange aos campos da defesa e da segurança, a não ser os das empresas diretamente ligadas à indústria de guerra.

Nessa perspectiva, o mundo é regido por relações de poder, não se restringindo totalmente aos conceitos estratégico-militares, mas considerando e cedendo espaços a outras variáveis importantes como a economia e a cultura. O sucesso do avanço econômico de uma grande empresa, na disputa pelos mercados mundiais, é assegurado sempre pelo Estado de origem, quando os interesses de ambos coincidem. Se os foros internacionais como a Organização Mundial de Comércio se encarregam de dirimir as diferenças de interesses entre as diversas

empresas, observa-se, igualmente, que é o Estado nacional que as representa naquele âmbito. A capacidade de sucesso depende não apenas da competência dos argumentos jurídicos, mas encontra-se muitas vezes respaldada pelo poder que um país tem de influenciar os rumos do sistema mundial.

Em última instância, pode-se afirmar que a capacidade de influenciar decisões tomadas nas instâncias multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, é favorecida pelo fato de o país ser não só economicamente forte, mas deter igual condição militar. Se tal condição não ocorre naquele momento, a percepção é de que esse país tem competência, a curto ou médio prazo, para reverter esta variável negativa aumentando seu poder de barganha, portanto capacidade de influenciar políticas além de seus limites geográficos.

Ao lado dessas observações deve-se ponderar, ainda, que os anos 90 também foram marcados por apresentar novas percepções do que se deveria entender por segurança. Assim, além dos tradicionais elementos, onde pontificava a vertente estratégico-militar, outros foram paulatinamente incorporados, como os problemas econômicos, demográficos, as desigualdades sociais, a questão ambiental, a lavagem de dinheiro quase sempre proveniente do tráfico de drogas que, atingindo países inteiros, tem ajudando a solapar as diversas instâncias domésticas e internacionais, corrompendo os poderes constituídos, e principalmente afetando de forma direta a sociedade consumidora desses produtos. A idéia de segurança passou, portanto, a abarcar diferentes facetas, tornando-se multidimensional, visto que todos os problemas passaram a ser considerados no cálculo dos países e do sistema internacional como um todo.⁵⁵

⁵⁵ Alguns autores escreveram obras interessantes a esse respeito. Consultar, por exemplo, Barry BUZAN, *People, State and Fear*, 2a. Ed., New York: Harvest Whe-

Em meados da década de 90, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1994 já fazia referência à segurança humana.⁵⁶ O Conselho de Segurança da ONU também tinha dito pouco antes, em 31 de janeiro de 1992, que “as questões não militares de instabilidade nas esferas econômica, social, humanitária e ecológica se constituem em ameaças para a paz e a segurança internacionais.”⁵⁷

Essas concepções exploradas ora pelo Grupo de Copenhague, ora pelo governo canadense, passaram a dar prioridade à idéia de que a segurança deve ser global, e entendida levando-se em conta os interesses dos indivíduos, daí os conceitos de segurança humana e segurança cooperativa que passaram a ser utilizados com frequência principalmente por setores ligados à sociedade civil, embora faça parte, também, do discurso dos governos e das organizações internacionais.⁵⁸ O que se tem visto,

atsheaf, 1991; Barry BUZAN – “New patterns of global security in the twenty –first century”, *International Affairs*, 67 (3): 431-451, 1991; Barry BUZAN et alii – *Security – a new framework for analysis.*, Boulder/London: Lynne Rienner Publ., 1998; M. Jane DAVIS (Ed.) – *Security issues in the post cold war world*, Cheltenham/UK - Brookfield/USA:Edward Elgar, 1996; e a resenha feita por David A. BALDWIN – “Security studies and the end of the Cold War”, *World Politics*, 48 (1): 117-141, october 1995. Ver, ainda Rafael Antonio Duarte VILLA – *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999

⁵⁶ Cf. United Nations Development Program (UNDP), 1994 *Human Development Report*. Ver, especialmente o capítulo “New dimensions of human security”, que também pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.undp.org/hrdo/hdrs/1994/english/94ch2.pdf>.

⁵⁷ Cf. COLARD, Daniel – “La doctrine de la 'sécurité humaine' “., *Arés*, Paris, XIX (47): 11-25, avril 2001; Jean GUILHAUDIS, “Separation, secession et sécurité humaine”, *Arés*, Paris, XIX (47): 27-39, avril 2001.

⁵⁸ Ver Lloyd AXWORTHY – “La nouvelle vocation de sécurité de l'OTAN”, *Revue de l'OTAN*, vol. 47 (4), 1999, :8-11. Consultar o site da instituição: <http://www.nato.org>. Consultar também Jane E. NOLAN (ed) – *Global engagement – cooperation and security in the 21st century*, Washington, DC : The Brookings Institution, 1994.

contudo, é que as conjunturas recentes têm sido desfavoráveis a essas iniciativas, e os direitos humanos nunca se encontraram tão à deriva, apesar dos esforços das diversas organizações não-governamentais e das próprias instituições internacionais. Ou seja, as políticas de poder que, na passagem do século, passaram a ser reimplementadas de forma vigorosa, ao invés de amenizar as tensões internacionais, têm contribuído para aumentar a insegurança global. As posturas adotadas principalmente pela superpotência estadunidense, que têm tido apoio irrestrito do governo britânico, não têm caminhado na direção de flexibilizar as divergências, aumentando a tolerância ou o grau de confiança recíproco vis-à-vis com os demais países do mundo, principalmente aqueles que considera perigosos para seus interesses. Certamente deve-se considerar que tal posicionamento nem sempre tem encontrado apoio das demais potências, – que fazem questão de separar nitidamente os interesses norte-americanos dos interesses mundiais – sofrendo oposição francesa, chinesa e russa que não concordam com a forma arbitrária com que a Casa Branca tem conduzido os negócios mundiais, ameaçando a todo momento lançar mão inclusive de seus arsenais nucleares.

Com uma perspectiva não tanto otimista para analisar o quadro das relações internacionais, o presente texto enfatizou, nos parágrafos anteriores, levando em consideração o histórico desde o final da Segunda Guerra Mundial, que as preocupações com a segurança sempre foram importantes, às vezes com mais intensidade, outras vezes nem tanto, e que o sucesso econômico sempre foi acompanhado de uma projeção militar correspondente, sendo entendida como uma condição necessária para marcar presença no mundo, independentemente de considerar o mundo globalizado ou não.

Apesar de haver um questionamento sobre a atualidade dos tradicionais conceitos de Estado, soberania, autonomia e outros que pas-

sam por contínuas reformulações, afastando-se de seus significados originais, tem-se verificado uma assimetria de poder cada vez mais aguda, que torna os países cada vez mais desiguais no sistema internacional, contribuindo para que se acentue a insegurança daqueles que não aumentaram suas capacidades.⁵⁹ O quadro atual apresenta-se, por outro lado, de forma muito mais complexa do que nos anos anteriores. Ao mesmo tempo em que procura agir sozinha, mostrando um grau de belicosidade como até agora nunca se tinha observado, a potência norte-americana tem, também, sabido ponderar a necessidade de obter a colaboração dos demais parceiros do sistema internacional.⁶⁰ Por isso, encerrou o ano de 2002 sem ter atacado o Iraque, à espera das resoluções da ONU, porque sabe que, ao longo do tempo, esta agressividade terá efeitos contrários à sua vontade de continuar sendo hegemônico, encontrando parceiros não só pouco propensos a aceitar seus argumentos, como disputando inclusive a supremacia no tabuleiro mundial do poder.

⁵⁹ Uma boa discussão sobre a idéia de soberania pode ser encontrada no texto de Raquel KRITSCH – *Soberania – a construção de um conceito*. São Paulo: Imprensa Oficial/Humanitas/FFLCH-USP, 2002. Uma defesa sobre a necessidade de os países abrirem mão do conceito tradicional de soberania pode ser vista no Relatório Brundtland : Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/CMMAD – *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

⁶⁰ Sobre a política externa norte-americana dos anos mais recentes consultar Joseph NYE Jr., *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002; Robert B. ZOELLICK – “Uma política externa republicana”, *Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra/USP, 10 (1): 69-82, junho/agosto de 2001; Condolleeza RICE – “Promovendo os interesses nacionais”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, 10 (1) 83-99, junho/agosto de 2001; Condolleeza RICE – “Consciência da vulnerabilidade inspirou doutrina”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, 11 (3): 62-69, dezembro/2002-fevereiro/2003.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO CASTRO , J.A. – “O congelamento do poder mundial”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG (33): 7-30, 1972.
- AXWORTHY, Lloyd – “La nouvelle vocation de securité de l'OTAN”, *Revue de l'OTAN*, vol. 47 (4): 8-11, 1999.
- BALDWIN, David A. - “Security studies and the end of the Cold War “, *World Politics*, 48 (1): 117-141, october 1995.
- BUZAN, Barry – *People, State and fear*, 2a. Ed., New York: Harvest Wheatshead, 1991.
- BUZAN, Barry – “New patterns of global security in the twenty-first century”, *International Affairs*, 67 (3) 431-451, 1991.
- BUZAN, Barry et alii – *Security – a new framework for analysis*. Boulder/London: Lynne Rienner Publ., 1998.
- CHRISTOPHER, Warren & PERRY, William – *O Estado de S. Paulo*,, 20 de fevereiro de 1995, p. A-2.
- CMMAD/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- COLARD, Daniel – “ La doctrine de la 'securité humaine' “, *Arés*, Paris, XIX (47): 11-25, AVRIL 2001.
- DAVIS, m. Jane (ed.) – *Security issues in the pos cold war world*, Cheltenham/UK-Bookfield/USA: Edward Elgar, 1996.
- EJNISMAN, Renato – “Países 'sérios' devem estocar armas nucleares, diz Prêmio Nobel de Física”. *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 1996, p. 5-14.
- FERRO, Marc - *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- FORSYTH, Murray – “Thomas Hobbes e as Relações Exteriores dos Estados”, in *Relações Internacionais*, Brasília: UnB, 3 (5):67-74, 1980.
- FUKUYAMA, Francis – *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1992.
- GODOY, Norton – “Passado colonial condena o futuro africano”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de agosto de 1994, p. A-12.
- GORBACHEV, Mikhail – “Verdade e ficção do Guerra nas Estrelas”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de abril de 1996, p. A-2.
- GUILHAUDIS, Jean – “Separation, secession et securité humaine”, *Arés*, Paris, XIX (47): 27-39, avril 2001.
- HUNTINGTON, Samuel – “Declínio ou renovação?”, *Diálogo*, Rio de Janeiro, USIS, 1 (23):38-44, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel – “Choque de civilizações”, *Política Externa*. São Paulo: USP/Paz e Terra, 2 (4): 120-178, março/maio de 1994.
- JONQUEIXRES, Guy de – “Países pobres devem abrir economia, diz UNCTAD”. *Gazeta Mercantil*, 16 de abril de 1996, p. A-10.
- KANT, Immanuel – *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989.
- KENNAN, George – “The sources of soviet conduct”, *Foreign Affairs*, XXV, julho de 1947.
- KENNEDY, Paul – *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- KISSINGER, Henry – *Nuclear weapons and foreign policy*. New York, Harper, 1957.
- KOLODZIES, Edward – “A segurança internacional depois da Guerra Fria: da globalização à regionalização”, *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, IRI/PUC, 17 (2): 313-349, julho/dezembro de 1995.
- KRASNER, Stephen (org.) - *The international regimes*. Cornell University Press, 1991.

- KRISTOL, Irving – “Uma política externa pós-wilsoniana”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de setembro de 1996, p. A-3.
- KRITSCH, Raquel – *Soberania – a construção de um conceito*. São Paulo: Imprensa Oficial/Humanitas/FFLCH-usp, 2002.
- LAPOUGE, Gilles – “Difícil será sair da tutela dos EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de junho de 1996, p. A-9.
- LOPEZ, Ernesto – “La seguridad internacional em los albores del siglo XXI”, Quilmes: PIFAS/Universidade de Quilmes/Argentina, Documento de Trabalho nº 9, maio de 2002.
- MARTINS, Luciano – “A des(ordem) mundial, o fenômeno dos terroristas e as instituições democráticas”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, VOL. 11 (2): 50-71, setembro/novembro de 2002.
- MOTLUK, Alyson – “Estudo aponta desarmamento recorde”. *Folha de S. Paulo*, 05 de maio de 1996, p. 1-23
- NATO/Organização do Tratado do Atlântico Norte – “The alliance's new strategic concept”, in <http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>.
- NOLAN, Jane E. (ed.) - *Global engagement – cooperation and security in the 21st century*. Washington, DC: The Brookings Institution, 1994.
- NYE JR., Joseph – “As novas dimensões do poder”, *Diálogo*, Rio de Janeiro, USIS, 1 (23): 45-57, 1990.
- NYE JR., Joseph – *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- PEREIRA, Antônio Carlos – “Crise crônica”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1996, p.A-4.
- PETRELLA, Ricardo – “As duas faces da economia global”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 1990, p. 40.
- PFAFF, William – “Globalização, uma moda passageira”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1996, p. A-2.

- PROENÇA JR., Domício – “11 de setembro: 7 meses depois”. Texto apresentado ao XIV Forum Nacional, realizado no Rio de Janeiro/RJ, de 06 a 09 de maio de 2002. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos/COPPE/UFRJ, 2002, digitalizado.
- REALI JR., Elpidio – “União Européia não se entende sobre paz”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de abril de 1996, p. A-5.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste – *Introdução à história das Relações Internacionais*, São Paulo: DIFEL, 1967.
- RICE, Condolleeza – “Promovendo os interesses nacionais”, *Política Externa*, São Paulo:Paz e Terra/USP, 10 (1): 83-99, junho/agosto de 2001.
- RICE, Condolleeza – “Consciência da vulnerabilidade inspirou doutrina”, *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/USP, 11 (3): 62-69, dezembro-2002/fevereiro/2003.
- ROSECRANCE, Richard – *The rise of the trading State*. New York, Basic Books, 1986.
- SARDENBERG, Ronaldo – “Estudo das Relações Internacionais”, in *Curso de Relações Internacionais*, Unidade IV, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SARDENBERG, Ronaldo – “A globalização e o nosso futuro”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1996, p. A-2.
- STOESSINGER, John – *O poder das nações – a política internacional de nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- TOYNBEE, Arnold – *Estudos de História Contemporânea*, 4ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- UNIDIR/United Nations Institute for Disarmament Research - *The guardian soldier: on the nature and use of future armed forces*, Research Paper nº 36, New York/Geneva: United Nations, 1995.

- UNO/Organização das Nações Unidas – *The non-governmental voice at the United States Nations, special session on disarmament*, New York: United Nations, Department of Disarmament Affairs, 1988.
- VICENTINI, Patrícia Helena – *A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a incorporação das operações de paz no pós-Guerra Fria – A intervenção na Bósnia-Herzegovina (1992-1998)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, setembro de 1998, digitalizada.
- VILLA, Rafael Antônio Duarte – *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.
- WALKER, Tony – “China e Japão vão constituir o eixo do comércio mundial”. *Gazeta Mercantil*, 15 de abril de 1996, p. A-15.
- ZOELLICK, Robert B. – “Uma política externa republicana”, *Política Externa*, São Paulo/Paz e Terra/USP, 10 (1): 69-82, junho/agosto de 2001.

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>
morewa@unicamp.br